



Novos nomes nas "prendas da Privinvest" ameaçam *tsunami* na Frelimo

Lista maldita!



Pág. 4

- Nyusi recebeu USD1 milhão para a sua campanha eleitoral em 2014
- Armando Inroga e Osório Lucas também estão na lista de Boustani

"Opositores" presos na longa noite eleitoral

Pág. 2 e 3

Armadilhados em Gaza

lotaria

Ganhe **4.000.000,00mt** no primeiro prémio

sojogo lotaria 4.000.000,00MT QUATRO MILHÕES DE METICAIS

52ª Extração SUPER TALUDA DE NATAL 28 Dezembro 2019 ESPECIAL

sorteio 28 de Dezembro

Compra o bilhete ou fracção da Super Taluda de Natal no agente autorizado da Sojogo pelo celular digite *124# opção Sojogo ou pelo www.sojogo.co.mz

“Opositores” nas cadeias de Gaza desde a longa noite eleitoral

Presos a guarnecer voto

Por Armando Nhandumbo/Fotos: Naita Ussene, nossos enviados à Gaza

Podem ter caído numa emboscada quase perfeita. Terão sido os próprios órgãos eleitorais a emitirem as chamadas “falsas credenciais” de Gaza, que levaram 23 delegados de candidatura da oposição à cadeia. As autoridades locais acusam-nos de falsificação de documentos, mas Salomão Muchanga, o líder da Nova Democracia (ND), diz que o que foi falsificado foram as próprias eleições.

Na verdade, são 23 e não 18. Os 18 mais falados são da ND, o partido que dá a cara pela libertação dos seus. Dos restantes, 4 são do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) e um da Renamo. Nenhum delegado de candidatura da Frelimo foi preso em Chókwè, mais de 100 quilómetros a noroeste de Xai-Xai.

O MDM e a Renamo estão silenciosos quanto aos seus delegados presos. O porta-voz da Renamo, José Manteigas, nem sabe quantos do seu partido estão detidos desde 15 de Outubro em Gaza.

São todos jovens. Seus sonhos e planos foram interrompidos na terceira semana de Outubro.

Acreditam na alternância de poder e na liberdade de escolha como fundamentos da democracia. Para tal, quiseram fiscalizar o voto perante as tristemente célebres histórias de fraudes eleitorais.

Ainda por cima numa província com mais de 300 mil eleitores fantasmas recensados, todos eles votantes certos ao partido no poder.

Mas em Gaza não houve mudanças no xadrez político. Os fantasmas continuaram a acordar para votar na Frelimo com números norte-coreanos. E aqueles que queriam afugentar os fantasmas terminaram na cela. Estão detidos há mais de um mês. Dos 18, 7 são estudantes. Perderam os testes escolares, estão a perder os exames finais e a ver o sonho de ingressar no ensino superior a ruir.

Moisés Ubisse é o exemplo disso. É o mas novo do grupo. Tem 19 anos de idade. Até à data da sua detenção, era estudante da Escola Secundária de Chokwé. Sua colega Efigénia Monjane, 20 anos, também viu a carreira estudantil interrompida. Chaulídio Buque, 21 anos, era estudante do 1º ano do Instituto Superior Politécnico de Gaza (ISPG). Sousa Castiano, 20 anos, também era estudante ISPG/1º ano. Assumina Nhazimo, 22 anos,



Familiares desesperados com as detenções gritam pelo socorro

estudava no Instituto Agrário de Chokwé.

Nelson Cucunha frequentava o 1º ano no ISPG. Sónia Chovele, 29 anos, frequentava o último ano de medicina. Para além da carreira estudantil, Chovele deixou para trás uma menor de 6 anos de idade. Mas para não sentir tanta falta da família, Sónia foi detida juntamente com a irmã Ivone Chovene, 23 anos. Mãe de uma filha de 2 anos, Ivone era trabalhadora doméstica numa residência em Lionde.

Cucunha, 25 anos, era chefe de família de um agregado familiar com 6 pessoas, das quais 2 são seus filhos. Tinha uma banca no mercado local, onde vendia diversos produtos para sustentar a família que depende de si.

Também chefe de família é Rickson Siteo, 33 anos. De si depende um agregado familiar com 4 pessoas, sendo ele, sua esposa e 2 filhos. Siteo é motorista/tractorista e comerciante informal.

O mais velho do grupo é Isac Mapsanganhe, 38 anos de idade. É agricultor.

Adelino da Silva Jr., 25 anos, é activista, locutor na Rádio Vemba e actor de teatro educativo. Também vivia de auto-emprego, tal como Jeremias Ngovene, 25 anos. Nelson Tivane, 25 anos, também vivia de auto-emprego e era chefe de família. Joaquim Mula, 25 anos, é mecânico de profissão. Castro Mafudza, 23 anos, é pedreiro.

Hélio Cuinica, 20 anos, vivia de auto-emprego. Zaida Siteo, 37 anos, é mãe de 3 filhos. Quelda Chivambo, 35 anos, também não pode mais ver os seus 2 filhos.

Armadilha

O que, no discurso oficial, é apresentado como um crime igual a qualquer outro, pode não ser mais do que o resultado de uma emboscada quase perfeita.

Várias fontes ouvidas pelo jornal insistem em como terão sido os próprios órgãos eleitorais a emitirem as chamadas “falsas credenciais” de Gaza. A armadilha terá consistido na emissão de dois tipos de credenciais, pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) de Chokwé.

Um original, com carimbo pequeno, e outras, as “falsas”, como carimbo grande. São as credenciais com carimbos grandes que terão sido distribuídos para grande parte dos delegados de candidatura da oposição.

Outra estratégia terá sido a de erros propositados na ortografia dos nomes dos delegados de candidatura da oposição. Mas também houve credenciais rasuradas, o que os órgãos eleitorais distritais minimizavam, assegurando que “isso não é problema, é assunto nosso”.

Mas mais tarde, o próprio director distrital do STAE, Estevão Chaguala, terá informado à Polícia da República de Moçambique (PRM), em Chókwè, sobre a existência de delegados da ND, Renamo e MDM com credenciais falsas. E foram recolhidos.

“Aquilo foi o pior jogo sujo que já vi”, desabafa uma fonte que acompanhou a operação.

As detenções ocorreram desde a manhã até a tarde. A prisão foi legalizada no Tribunal distrital na noite da própria terça-feira, 15 de

Outubro. Na mesma noite, a caminho da madrugada, os detidos eram transferidos para o Estabelecimento Penitenciário de Guijá, menos de 10 quilómetros.

A prisão dos 23 jovens é considerada, pela crítica, como um caso político, que visa mandar uma forte mensagem de que é proibido desafiar a Frelimo numa província que é, tradicionalmente, sua.

Embora a legalização da prisão tenha sido em velocidade de cruzeiro, volvido mais de um mês, o caso continua em passos lentos. Para certas correntes, com os 23 presos, Gaza consolida o estatuto de terreno mais hostil ao pensamento diferente, depois de Anastácio Matavele, o incómodo activista local, ter pago com a própria vida a ousadia de questionar a governação do dia. Hoje, os órgãos eleitorais em Gaza, a todos níveis, não aceitam abordar o assunto. O director distrital do STAE de Chokwé, Estevão Chaguala, e o presidente da Comissão distrital de Eleições, Samora Timba, acusam indisponibilidade quando questionados sobre o caso.

Na semana passada, num primeiro contacto com o jornal, alegaram que não podiam falar ao celular, mas esta semana, o **SAVANA** foi ao seu encontro em Gaza, mas disseram não ter tempo para nos receber.

O director provincial do STAE, Mário Cossane, também se recusou a falar. Apresentamo-nos no STAE provincial, mas o director escusou-se a nos receber no seu Gabinete, alegando que não pode falar do caso porque já foi remetido à Procuradoria.

É um crime comum – Procuradoria

A Procuradora-Chefe Provincial de Gaza, Virgínia Objana, diz que os 23 jovens foram detidos porque portavam credenciais supostamente falsas. Como tal, explica Objana, não se trata de um ilícito eleitoral, cujo tratamento deve ser célere, mas de um crime como qualquer outro.

“É um crime que ocorreu num processo eleitoral, mas não é ilícito eleitoral. Por isso, acabou tendo tratamento como outros crimes”, sublinha.

Assim, cai em terra a possibilidade de o caso ser tramitado à luz da lei eleitoral, que confere imunidade aos delegados de candidatura, que não podem ser detidos durante o funcionamento da Mesa de Assembleia de Voto.

Significa que os jovens deverão apanhar pela medida grande. O crime de uso de documento falso é punido, à luz do Artigo 542 conjugado com o Artigo 535 do Código Penal, com pena de prisão maior, de 2 a 8 anos.

A procuradora-chefe provincial de Gaza fez saber que o Ministério Público já remeteu o processo ao Tribunal Distrital de Chokwé, na última 5ª feira. Referiu que o processo está a correr seus trâmites normalmente como qualquer outro caso. Por isso, a procuradora estranha o que considera de contornos políticos que o caso está a conhecer.

Diz que, por exemplo, quando se fala de apenas 18 detidos, todos eles da ND, transmite-se a ideia de que foram detidos por pertencer a este partido.

“Nós não olhamos para cores partidárias. Nós somos apatidários. Olhamos para o crime que está a ser investigado e não para os partidos”, disse Virgínia Objana.

A ND e os familiares queixam-se de secretismo e dificuldades de advogados no acesso aos processos, mas a procuradora fala de os advogados estarem constituídos no processo.

Mas a teoria de falsificação de documentos é posta em causa. Uma fonte chega a inverter os papéis, atacando a sabotagem na credenciação dos delegados da oposição.

“Como explicar que ninguém questione o STAE como é que, apesar da lei lhe obrigar a dar todas as credenciais que os partidos requisitarem e, mesmo existindo protocolo da lista de pedido de credenciação carimbado por eles, eles alegam que não deram estas credenciais. Porque o ND precisaria falsificar credencial se é de lei receber?”, rebate.

Movimentações em cadeias são normais – Serviços Penitenciários

As transferências dos detidos de cadeia em cadeia também estão a fazer soar alarmes. Depois da sua detenção a 15 de Outubro, os 23 foram transferidos no mesmo dia de Chókwè para o vizinho distrito de Guijá e, no último domingo, 17 de Outubro, passaram para o Estabelecimento Penitenciário Provincial de Gaza, em Xai-Xai. Na Cadeia de Guijá, as condições de reclusão são consideradas como bastante críticas. De acordo com fontes próximas dos reclusos, a alimentação não é das melhores e há dias em que a água não jorrava. Na cadeia o espaço é comum. Mais gravoso ainda é o facto de o estabelecimento não ter sido concebido para receber mulheres. Assim, elas ficavam num confinamento de 4 chapas. Os familiares dizem que, aos detidos, nem sempre era permitido abandonar a cela para necessidades biológicas. Em Xai-Xai, para onde nos deslocamos esta semana, perguntamos à directora do Estabelecimento Penitenciário



Jacinta Filiote

Provincial de Gaza, Jacinta Filiote, sobre as razões por detrás das transferências. A directora começou por explicar que, em Chókwè, não existe estabelecimento penitenciário, por isso que os detidos foram transferidos para Guijá. Mas o estabelecimento penitenciário de Guijá, explicou ainda, tem capacidade reduzida, de apenas 30 reclusos, contra o actual número acima de 70. Jacinta Filiote diz, por isso, que as transferências são normais e esse tem sido o mesmo tratamento dado a outros casos. “Nós consideramos isso como medidas de segurança e é uma

situação contínua. Todas as semanas, Guijá recebe reclusos de Chókwè que, depois da formalização dos processos, são transferidos para Xai-Xai ou Macia”, disse.

Desdramatizou a ideia de que os reclusos foram transferidos às escondidas, sublinhando que não se pode comunicar as transferências por questões de segurança.

“Não podemos dar data e hora [da transferência]. É com sigilo, mas depois comunicamos as famílias e autoridades competentes”, rebateu.

Desde que chegaram a Xai-Xai, os internados não tiveram contacto com seus familiares. A directora diz que só a partir de 15 dias poderão receber visitas das famílias.

O que é falso são as eleições – Salomão Muchanga

Para o presidente da Nova Democracia, estamos perante a detenção da democracia, um assalto ao Estado de Direito Democrático, a todos níveis condenável.

Salomão Muchanga assinala

que a detenção destes jovens é a evidência inequívoca de um Estado incompatível com os direitos humanos.

“Estamos perante um revés gravoso nas liberdades democráticas”, sublinha.

Para Muhanga, o único crime que os jovens cometeram foi a convicção e determinação de fiscalizar os votos.

“Aqueles que encheram as urnas e defraudaram toda uma eleição estão impunes, mas aqueles que estavam posicionados para fiscalizar e credibilizar o processo, estão detidos”, lamenta.

Confrontamos o líder da ND com a acusação de falsificação de credenciais, ao que foi, simplesmente, demolidor. Ao contra-ataque, diz que o que foi falsificado, neste processo todo, foram as próprias eleições.

“O que é falso nisto tudo foram as próprias eleições”, assinala.

Por isso, Muchanga diz que a ND exige a libertação imediata e incondicional do que chama de “presos políticos”, por se tratar de uma injustiça gravosa.

“Repudiamos com desprezo estas detenções arbitrarias e

exigimos a libertação imediata e incondicional dos jovens”, acrescentou.

Varias organizações nacionais e internacionais já condenaram a detenção dos delegados de candidatura da oposição em Gaza.

A Amnistia Internacional, por exemplo, insta as autoridades moçambicanas a liberarem imediata e incondicionalmente todos os observadores eleitorais.

“Não há absolutamente nenhum fundamento legal para a detenção contínua desses (...) indivíduos que estão sendo detidos apenas por fazerem seu trabalho. Eles não deveriam ter passado uma única noite em detenção e devem ser libertados imediata e incondicionalmente”, afirmou Deprose Muchena, director regional da Amnistia Internacional para a África Austral, para quem as autoridades moçambicanas devem abrir o espaço cívico e parar de tratar os direitos humanos com desprezo.

Em comunicado conjunto, diversas organizações da sociedade civil nacionais e internacionais condenaram fortemente a prisão dos jovens e exigiram a sua libertação imediata.

Desesperadas, famílias lançam gritos ao Governo:

“Estamos a pedir, por favor”

Por detrás dos processos, há um drama que se desenrola. São famílias inteiras sem norte nem sul. O SAVANA foi conversar com elas para contar ao país e ao mundo o estado das famílias cujos filhos, irmãos, pais, mães e esposos, a Polícia arrancou.

O desespero é total. O rosto de Teresinha Chaque é disso o exemplo. Chaque é mãe de Adelino da Silva, o mandatário distrital da ND em Chókwè. Da Silva não foi preso numa Assembleia de Voto. Foi no próprio Comando Distrital da Polícia, para onde se tinha dirigido para se informar sobre as detenções e procurar salvar os seus. Quando o comandante Aníbal Jamal lhe disse para aguardar por explicação, o mandatário pediu para ir ao carro levar a legislação eleitoral para compreender ao abrigo da lei onde se enquadravam as detenções. Foi nessa altura que o comandante teria respondido que já que queria assim, iria ler a lei quando saísse das celas. E já estava preso.

Hoje Teresinha Chaque é uma mulher inconsolável. Diz que, dos seus 5 filhos, Adelino é o pilar da casa.



Teresinha Chaque

Aquele que se destacou desde os tempos de escola. Chaque lembra que foi entre imensas dificuldades que fez crescer os filhos, incluindo da Silva, que tinha apenas 4 anos de idade quando o pai, um militar de carreira, perdeu a vida. Para além da mãe, o jovem de 25 anos deixou esposa e um bebé de apenas 4 meses, entregues à sua própria sorte.

Jaquelina Siteo é mãe de Nelson Cucunha, um jovem com passagem pela tropa, que à data da detenção era estudante no ISPG. Cucunha era o chefe de família. Tem esposa e dois filhos, um de 4 e 2 anos. Suas famílias hoje experimentam todo o tipo de privação.

“Está difícil”, queixa-se Jaquelina, que lhe falta fôlego para prolongar a conversa.

Celestina Ngovene é mãe de Nelson Tivane, o serralheiro de profissão que deixou esposa



Jaquelina Siteo

grávida. “É pesado. Era o mais velho. Ele é que era o sustento da família. Estamos a sofrer”, conta Ngovene, emocionada.

O rosto de Carla Cuna também denuncia a mesma tristeza que tomou as famílias desde 15 de Outubro. Carla é irmã mais velha de Sónia e Ivone Chovete, as duas irmãs detidas. Descreve dias dramáticos desde aquela terça-feira. Da detenção arbitrária à lentidão do processo. Das condições precárias de reclusão à falta de apoio na assistência dos detidos. Cuna lembrou que, diariamente, tinha de arranjar 35 meticais para ida e volta de Chókwè-Guijá para poder visitar as irmãs, o que agora ficou mais complicado com a transferência para Xai-Xai.

Saria Cumbe é tia de Sónia e Ivone Chovete. Pagava diariamente 400 meticais de ida e volta de Xai-Xai para Chókwè-Guijá. Hoje, para



Celestina Ngovene

além de duas familiares que vieram de Chókwè para estar perto do Estabelecimento Penitenciário Provincial de Gaza, recebeu mais três “novos familiares”.

Os acolheu porque não tinham onde ficar em Xai-Xai. A casa de Saria, localizada no bairro 1, uma zona lamacenta, não dá condições para albergar tanta gente. Mas a dona diz que não pode deixar de dar a mão a quem precisa neste momento difícil.

Quando chegamos à sua casa, logo pela manhã, o agora numeroso agregado familiar acabava de regressar de um campo agrícola, para onde tinha ido arrancar folhas e tubérculos para a refeição que seria mais logo levada para os filhos que estão na cadeia.

Mas também apanharam mangas para reforçar o menu porque 23 cabeças não é pouco.

As famílias pouco se importam com a Política. Tudo o que



Saria Cumbe

pedem é a libertação dos seus filhos. “Mesmo se tiverem se entregado a partidos errados, o fizeram por falta de emprego. Quando alguém não trabalha, não sabe o que faz. Fiscalizar votos foi, para eles, uma oportunidade face ao desemprego, mas já lhes podem tirar da cadeia porque se for para aprender, já aprenderam”, pede Teresinha Chaque.

“Somos nós as mães que pedimos ao Governo que nos perdoe”, acrescentou, desesperada, sempre fazendo questão de lembrar que educou os filhos no sofrimento. Também não se cansava de repetir o seu principal pedido: “que o Governo nos perdoe, porque sofrem os filhos e nós mães”. “Estamos a pedir, for favor”, suplicou, por sua vez, Jaquelina Chaque.

Julgamento das “dívidas escondidas”

Descodificada a lista maldita

- Nyusi recebeu 1 milhão para a sua campanha eleitoral em 2014

Por Fernando Lima, em Brooklyn, Nova Iorque*

No terceiro dia do interrogatório “amigo” a Jean Boustani, uma das peças-chaves no escândalo das “dívidas ocultas”, o juiz William Kuntz II, temendo que as revelações ficassem mais uma vez pelo meio, pediu ele próprio ao réu que esclarecesse as abreviaturas a quem o pagador da Privinvest deveria mandar os cheques.

Trata-se de um dos “mails” mais circulados no Tribunal de Brooklyn e é uma instrução interna (da Privinvest) entre o executivo dos projectos em Moçambique, Jean Boustani e o chefe de contabilidade da companhia, Najib Allam, referindo pagamentos orçamentados para diversos moçambicanos.

Eis a lista e as justificações apresentadas por Boustani para os pagamentos:

A: 4, uma sigla a que foram dados vários significados, neste caso eram quatro milhões de dólares para o partido Frelimo, para a campanha eleitoral de Filipe Nyusi.

Teo: 8,5, USD8,5 milhões pagos a Teófilo Nhangumele pela facilitação do contrato da Proindicus.

Bruno: 8,5, Bruno Langa recebeu USD8,5 milhões pelo mesmo motivo.

Chop: 7, Chopsticks, “pauzinhos” nome de código de Manuel Chang para quem foram orçados USD7 milhões para o ajudar no pedido de licença para abrir um banco e na sua campanha para deputado em 2014.

Esalt: 3, Também “três beijos”, Isaltina Lucas a então Directora Nacional do Tesouro que pediu dinheiro para o seu irmão Osório Lucas, “director do porto de Maputo” (sic).

Ros: 15, António Carlos do Rosário, director no SISE e PCA das três empresas securitárias, dinheiro orçamentado para os seus projectos privados, sobretudo na área do imobiliário.

Ros2: 2.1, Rosário Mutota, agente do SISE, primeiro contacto de Boustani em Moçambique, sócio de Teófilo Nhangumele na empresa Mulepe. Orçamentados USD2,1 milhões.

Prof: 1, Renato Matusse, assessor de Guebuza, pediu dinheiro para

Summary of Records Related to GX-2758

Name	Alias	April 8, 2014 Defendant Email to Najj Allam (GX-2758)	Amount Traced based upon Wires, Emails, or Bank Instructions	Sources
Armando Ndambi Guebuza (Son of the Former President of Mozambique)	A, ArGe, Junior, Croco	60	\$8,830,869.57 €750,000	GX-1527, GX-2765, GX-2766, GX-2780, GX-2351, GX-2351-A, GX-2325-A, GX-2325-B, GX-2914, GX-2914-A, GX-3199, GX-2808-A, GX-2809, GX-2809-A, GX-2809-B, GX-3186, GX-3187, GX-3188
Teófilo Nhangumele (Office of the President, Project Manager)	Teo, Ngula Guidema	8.5	\$8,500,000	GX-2140, GX-2140-A, GX-5110, GX-2022, GX-2027, GX-2036, GX-2007, GX-2013, GX-2491, GX-6156
Bruno Langa	N/A	8.5	\$8,500,000	GX-2140, GX-2140-A
Manuel Chang (Former Minister of Finance)	Chopstick, Pantero	7	\$5,000,000	GX-2749, GX-5089, GX-5110, GX-1529, GX-6156, GX-2052-B
Isaltina Lucas (Former Deputy Secretary of Treasury)	3 Beijos, Isalt, Esalt, Esaltina	3	\$2,456,000	GX-2755, GX-2755-A, GX-5110, GX-2779, GX-2779-A, GX-1301, GX-1528
Antonio Do Rosario (Former Member of SISE, CEO of Proindicus, EMATUM, and MAM)	Ros, Marshall	15	\$12,371,000	GX-1526, GX-2613, GX-2613-A, GX-2462, GX-5100, GX-2534, GX-2534-A, GX-2534-B, GX-2607, GX-2607-A, GX-2612, GX-2612-A, GX-1201-E-22, GX-2744, GX-2753, GX-2755, GX-5110, GX-1530, GX-5108, GX-2752, GX-2752-B, TR-589-14-17, GX-2762, GX-2762-A, GX-1530, GX-2808-A
Gregório Leão (Former Director General of SISE)	DG	13	\$8,000,000	
	Nuy, New Guy, Nys, New Man	2	\$1,000,000	

equipamento de escavação. USD1 milhão.

Eug: 1, Eugénio Matlaba, CEO da Proindicus, USD1 milhão.

Inr: 1, Armando Inroga, ministro da Indústria e Comércio na governação Guebuza. USD1 milhão para desenvolver o projecto “offset” destinado a patentear equipamentos a fabricar em Moçambique a partir de marcas do exterior.

DG: 13, Gregório Leão, director-geral do SISE. Orçados USD13 milhões para projectos de segurança e os seus próprios investimentos pessoais.

Nuy: 2, Filipe Nyusi, o actual presidente, contribuição para a sua campanha política (em 2014). Orçado USD2, mas FBI só encontrou justificativos para USD1 milhão.

Orçamento especial

Na versão de Boustani, as verbas fazem parte de um orçamento criado por Iskandar Safa para propulsionar a implantação e desenvolvimento da Privinvest em Moçambique. Na sua filosofia, é como uma moeda de duas faces numa “slot machine”. “Uma face pode ser investimento de futuro, a outra face, apenas construir



Felipe Nyusi identificado como “New man”

relações, lobbying”.

Para o efeito Safa estabeleceu um orçamento de pagamentos para Moçambique no valor de USD125 milhões: USD60 para projectos a longo termo, USD65 para serem usados em 2014.

Ao seu advogado de defesa, Michael Schachter, Boustani disse que o dinheiro entregue aos moçambicanos não era para os recompensar pelos contratos, por outras palavras não eram subornos ou “luvas”, a versão para a mesma lista apresentada pelo Ministério Público.

Do orçamento preparado para os moçambicanos, foram mostrados vários pagamentos feitos a António Carlos do Rosário, o director da Segurança (SISE) que Guebuza indicou como o responsável para todo o projecto de defesa costeira. Nas palavras de Boustani, Rosário propôs que a Privinvest investisse com ele em imobiliário e avançou a quantia de USD9 milhões. Por imposição do juiz, Boustani foi forçado a revelar que a advogada Taciana Lopes, que antes trabalhara para o Crédit Suisse nos empréstimos à Proindicus e à Ematum, colaborou com a Privinvest na elaboração dos contratos privados de Rosário. Uma das facturas submetidas pela agência imobiliária Royal Agency era para a compra de um terreno atrás do Hotel Radisson Blue



Armando Inroga, antigo ministro da Indústria e Comércio na governação Guebuza

no valor de USD2,8 milhões. O montante devia ser pago num banco das Maurícias a favor da East African Real Estate Limited. O director do SISE era tratado por Marechal, Hafido e Manuel Jorge. Noutra comunicação, Faizal Umargi, aparentemente ligado à Real Empreendimentos, Lda pede para se reemitir uma factura de USD200.000,00. Para Adriano Weng, um conhecido homem de negócios em Maputo, são feitas três transferências para uma conta no BCP no valor de USD3.250.000,00. Entre outras coisas, Taciana Lopes deveria verificar se era legal um funcionário do Estado manter negócios privados. Na opinião de Boustani, esta dualidade é normal em África. “Todo o funcionário público tem um negócio privado em África, no Líbano, no Dubai”.

Rosário especial

Safa aprova a “relação privada” com Rosário porque se insere no quadro de relacionamentos a longo prazo com Moçambique e “ele é um dos que dirige o país” caucionando que o relacionamento deve ser estruturado.

A Privinvest, da conta Ematum, tinha já adiantado para Rosário montantes diversos e em várias contas: Walid Construções, USD1.175.000,00, Arlete Varela Jardim, USD280.000,00, Vera Botelho da Costa, USD280.000,00



Osório Lucas, actual Director do Porto de Maputo

e Ibrahim Hatia, USD280.000,00. Estas despesas eram para serem feitas na Ematum e Boustani declarou em tribunal que não sabe se Rosário “meteu algum dinheiro no seu bolso”.

Também foi Rosário que submeteu a lista de carros “para ministros” no valor de USD1,3 milhões porque, nas palavras de Boustani, “é tradicional na África os empreiteiros darem prendas aos dirigentes depois da assinatura de um contrato e era bom que a Privinvest fizesse o mesmo”.

Na versão de Boustani, os moçambicanos gravitando em torno do projecto inundavam-no de pedidos de apoio. A defesa mostra mesmo um “mail” para o pagador Allam em que o executivo diz “basta”. Era Rosário a pedir mais dinheiro para um projecto que estava “a bombar, despejar e a puxar”. Matusse que tinha envolvido Izidora Faztudo e Guilhermina Langa nos seus pedidos, também leva um “não” depois de o projecto das escavadoras não ter ido para a frente. Ele diz que tem uma mina de rubis e pode pagar em acções. Safa responde secamente: “Deixa isso”.

A Chang também foi fechada a torneira. Mas antes houve uma ajuda via “Thyse International” para uma conta do Banco Espírito Santo em Madrid, uma conta também no radar das autoridades sul-africanas quando duvidaram das fracas posses do ex-ministro detido na África do Sul. Chang juntou com Safa em França na preparação da visita de Guebuza aos estaleiros da Privinvest na Normandia. Ele disse ao seu interlocutor que não ia continuar ministro no mandato de Nyusi e que se queria dedicar aos seus inúmeros negócios, para além da ambição de ser deputado. Ele queria abrir um banco e trabalhar num projecto para criar um Fundo Soberano. Safa deu instruções para lhe porem na conta USD5 milhões. Na lista de prendas a amigos, há um nome que apesar de intensamente citado, não é mencionado por Boustani. O nome de Ndambi Guebuza, o filho do presidente. Apesar da acusação ter apresentado o pagamento à Apple Creek na África do Sul, via Pam Golding. Apesar de “A” ser Armando para a acusação, orçamento “A” para Boustani. Apesar da PGR em Moçambique ter encontrado o caminho para as contas no Dubai e Abu Dhabi totalizando transferências no valor de USD33 milhões.

* a deslocação a Nova Iorque teve o apoio do FMO (Fórum de Monitoria do Orçamento)

4.5G

Curte a Rede 4.5G com o Alcatel 1



Alcatel 1
2,899^{MT}

Grátis
1GB

📱 Ecrã 5.0"

📷 Câmara 8MP | 5MP Selfie

📦 Memória Interna 16GB

Compra já o teu

O futuro é tudobom.

Vamos?

 **vodacom**

O projecto histórico da Privinvest

Jean Boustani, o verdadeiro arquitecto dos três projectos securitários que estão na berlinda em Brooklyn, não poderia terminar melhor o seu depoimento perante a sua própria defesa: “Digo ao presidente Nyusi, ponha a ficha na tomada e dê ignição a este projecto”.

Em 12 horas de coreografia quase perfeita, Jean Boustani fez a defesa da criação da Proíndicus, Ematum e MAM, da presidência de Armando Guebuza, transformando dezenas de pagamentos a funcionários públicos moçambicanos em ofertas graciosas e investimento no futuro, como lhe dizia o seu patrão, Iskandar Safa, o libanês dono da Privinvest.

Boustani, apesar das evidências dos barcos enferrujados no porto de Maputo e da situação de falência da Proíndicus e da Ematum, disse que continua a acreditar do projecto de defesa costeira. “São projectos históricos”. Sobre as revelações feitas em Abril de 2016 pela imprensa internacional disse ser “tudo mentira”. Como a deputada Música quando conheceu as “dívidas escondidas” na mesma altura.

Admitiu o apoio ao partido Frelimo e à campanha eleitoral de 2014 e que os problemas com as empresas securitárias resultam de “lutas políticas internas” no seio da Frelimo, depois da eleição do presidente Nyusi. Não tem problema no apoio partidário pois, “até no *New York Times* que leio na prisão vejo apoio a campanhas políticas aqui nos Estados Unidos”.

“Houve uma espécie de golpe para afastar Armando Guebuza da direcção do Partido”, disse, considerando que a actual administração leva a cabo uma “campanha hipócrita” contra o projecto e a anterior direcção do país. Por isso manteve o contacto permanente com o antigo presidente que lhe pediu “para o manter informado dos projectos”. No turbilhão político pós eleitoral Boustani dirige-se a Gregório Leão, o chefe do SISE, pedindo clareza no seio do governo urgindo-o a que se implementem os projectos em vez de destruí-los.

Papá Guebuza

Mas o seu entusiasmo traiu-o. Ao seu advogado, em defesa estudada, declarou que não participou na reestruturação dos projectos, mas a 28.03.2016 comunicava ao “papá Guebuza” que “eu tive sucesso no refinanciamento de todos os projectos”, o que levou o juiz Kuntz a interpellá-lo se tinha ou não participado. Afinal “não tinha”. A defesa mostra uma foto com o edifício do Ministério das Finanças (MEF). Boustani diz que no topo do edifício “funciona a delegação do FMI”. Ninguém o questionou sobre as instalações da instituição na Kenneth Kaunda, mesmo ao lado do Banco Mundial e da



Foto tirada no 70º aniversário de Armando Guebuza a 20 de Janeiro de 2013 em que Jean Boustani (a esquerda de Mussumbuluco Guebuza) está acompanhado pela família presidencial

Embaixada do Canadá. A defesa queria mas não pôde apresentar uma comunicação entre um funcionário do FMI e do Credit Suisse tentando provar que em 2015 a instituição dirigida por Christine Lagarde já sabia dos créditos con-

cedidos à Proíndicus.

Na sua narrativa, o projecto começou a andar a 20.01.2013, quando esteve na festa do 70º aniversário de Armando Guebuza com quem se cruzou pela primeira vez. Porém, o contrato que ele nunca leu,

nas suas próprias palavras, entre a Privinvest e recém criada Proíndicus e com a sua assinatura, tem a data de 18.01.2013. Dois dias antes.

Ficou-se a saber, pelas suas palavras, que em 21.01.2013, Armando Guebuza ainda não conhecia Teófilo Nhangumele, apesar da correspondência para ele ser endereçada à Presidência da República desde 2011. Apesar de Guebuza dizer que ninguém deveria receber um centavo do projecto, Teófilo, aliás Nguila Guidema e o agente Bruno Langa receberam USD17 milhões por facilitarem o contrato da Proíndicus.

Nas palavras de Iskandar Safa, o patrão da Privinvest Guebuza não é homem para receber uma “taxa de sucesso” por um projecto. “Ele é o homem mais rico de Moçambique e provavelmente um dos mais ricos de África ... temos de ter uma

relação a longo termo entre ele e nós” para negócios em Moçambique e no exterior. Guebuza, antes, nas palavras de Boustani, tinha delegado o assunto negócios para “o Armando”, o “Júnior” ou Ndambi como também nas comunicações do projecto. O presidente disse a Boustani que era “o maior homem de negócios no país ... somos provavelmente o maior negócio familiar no país”. Boustani disse que há actualmente negócios com a família Guebuza na área do imobiliário e telecomunicações.

Quinta-feira, o Ministério Público prepara-se para destruir a coreografia montada por Boustani e a sua defesa. Eventualmente, esta sexta-feira, o juiz Kuntz estará preparado para ditar a sua sentença depois de ouvir o veredicto do júri: culpado ou não culpado?

FL.



Convite para a Apresentação de Propostas sobre o Crescimento Sustentável e Inclusivo e Pluralismo: EuropeAid/166712/DD/ACT/

A Delegação da União Europeia em Moçambique lançou um convite à apresentação de propostas para a promoção do pluralismo e do crescimento sustentável e inclusivo em Moçambique, com assistência financeira do programa temático da União Europeia para Organizações da Sociedade Civil e Direitos Humanos (<https://webgate.ec.europa.eu/europeaid/online-services/index.cfm?do=publi.welcome>).

O texto integral e todos os anexos com as orientações para os concorrentes estão disponíveis no seguinte sítio de Internet: <https://webgate.ec.europa.eu/europeaid/online-services/index.cfm?do=publi.welcome> bem como no website da Delegação da União Europeia em Moçambique: https://eeas.europa.eu/delegations/mozambique_pt.

O prazo para a apresentação das propostas é o dia **10/12/2019 às 14.00 horas** (hora de Bruxelas).

LIGA-TE E GANHA KITS DE VERÃO!

Chegou
Verão!

A TVCABO VAI SORTEAR MAIS DE 20 KITS COM BRINDES EXCLUSIVOS! PARTICIPA NO PASSATEMPO NO FACEBOOK E HABILITA-TE A GANHAR UM KIT!

CAMPANHA VÁLIDA ATÉ 24 DE JANEIRO DE 2020.



21 480 550 | 82 4800 | 84 4800 | 550 Rede TVCABO
apoio@tvcabo.co.mz | www.tvcabo.mz

J. Boustani por J. Boustani

Eram 15.55H, hora local, quando Jean Emile Boustani subiu a “stand” do Tribunal de Brooklyn para fazer a sua deposição no julgamento que o opõe ao governo dos Estados Unidos da América.

Veste calça cinzenta escura de executivo, camisa branca de colarinho mas sem gravata, um pulóver azul escuro por cima. Os sapatos são de borracha. De boa qualidade. A indumentária é apenas para as sessões do tribunal. Na prisão usa uniforme. Como todos os outros detidos. Expressa-se em inglês. Quase sem sotaque.

Pela mão do advogado Michael Schachter traça o seu perfil perante os jurados que em breve decidirão da sua sorte.

Nasceu em Beirute em 1978, em plena guerra civil, numa família cristã maronita.

Por causa da guerra, o seu pai arranhou emprego na Arábia Saudita, na *boom* da indústria do petróleo, quando havia muitas oportunidades. Os libaneses são conhecidos pelo seu grau elevado de educação e têm acesso fácil a emprego, especialmente no Médio Oriente.

Os Boustanis são uma família conhecida e com grandes tradições na história do Líbano moderno.

Jean Emile acompanha a família para a Arábia Saudita. Tinha 10 meses.

Com o fim da guerra civil, por volta de 1988/89, regressa a Beirute.

Frequenta o Liceu Francês e depois

a Universidade de St. Joseph, uma instituição privada dirigida pelos Jesuítas. As escolas e universidades dirigidas pelos Jesuítas são conhecidas pelo rigor e alta qualidade de ensino. Ele estudou contabilidade durante quatro anos.

Ainda jovem, Boustani, para além do árabe, falava igualmente o francês e o inglês. O seu filho Leo, de seis anos, já fala igualmente as três línguas que são comuns na sua casa. Jean Emile também fala português e espanhol.

Quando se licenciou em 2000, o seu primeiro emprego foi na multinacional Deloitte. Tinha 22 anos e fazia autoria. Às vezes também consultoria. Em 2005 deixa a firma desafiado por um amigo.

Nos Emiratos Árabes Unidos (EAU) é normal ser-se funcionário do Estado e ao mesmo tempo ter o seu próprio negócio. O seu amigo trabalhava no Ministério das Finanças em Abu Dhabi.

Como sempre sonhou com África, o seu interesse e o da sua primeira iniciativa empresarial era desenvolver negócios em África.

Boustani recorda os antepassados dos libaneses, os fenícios, que fizeram comércio em toda a bacia do Mediterrâneo. Também a sua sofisticação, 3000 anos antes de Cristo. O alfabeto terá sido criado na Fenícia, na cidade de Biblos.

Nessa altura o boom em África era o desenvolvimento da telefonia móvel e a expansão imobiliária nos centros urbanos.



Jean Boustani

Os libaneses, tradicionalmente, estão há muito estabelecidos na costa ocidental de África, especialmente nos países de expressão francesa. Boustani tenta a sua sorte na costa Oriental. Em 2008, nas suas próprias palavras, conclui com sucesso um projecto de telecomunicações no Uganda.

Está na hora de dar o salto para um novo desafio. Junta-se a Iskandar Safa, um cristão maronita nascido no Líbano em 1955, baseado em Abu Dhabi e com nacionalidade francesa. Jean Emile tinha conhecido Iskandar por volta de 2004/2005.

Safa, com o seu irmão Akram, desenvolveu um império de estaleiros de construção naval, possivelmente o maior do mundo. Através da sua empresa Privinvest, tem três estaleiros na Alemanha, um na França (o que fez os barcos para o projecto moçam-

bicano), um na Grécia (que produz submarinos), uma empresa de equipamentos para a indústria naval em Inglaterra e o estaleiro Abu Dhabi MAR, que, entre outras coisas faz iates de luxo. Aqui, o sócio de Safa é o sheik Hamdan bin Zayed, um emir local. Na França tem uma enorme empresa imobiliária com inúmeras propriedades.

Safa não conhece África. Boustani acha que África “tem oportunidades tremendas”.

Já no seu novo emprego contrai matrimónio em 2010. Tem um filho apenas, agora com seis anos de idade. O seu “job description” passa a ser vender os produtos da Privinvest e angariar novas oportunidades de negócio para o grupo. Em África, diz, para se abrirem as portas do poder, das entidades oficiais, são precisos agentes locais, intermediários, lobistas como são chamados nos Estados Unidos. E esses agentes são pagos em função dos serviços de negócios angariados, fechados. Comissões, taxa de sucesso, uma percentagem do projecto.

A Moçambique chega em Março de 2011 pela mão de Basetsana Thokoane, uma antiga guerrilheira do ANC que esteve refugiada em Moçambique no tempo da luta contra o apartheid. Na época de Mandela trabalha para os serviços secretos da nova África do Sul e mantém uma rede de contactos com pessoas influentes em Moçambique. Como Rosário Muto-ta, um agente do SISE com negócios

privados. Bassy, como é tratada por Boustani, tinha ajudado antes na apresentação de uma proposta a um concurso para a ZEE (Zona Económica Exclusiva) na costa da Namíbia. Em Moçambique conhece o “brother” Teófilo Nhangumele que lhe organiza um encontro com o ministro da Ciência e Tecnologia, Venâncio Massingue. Era o início da narrativa que levou à criação da Proindicus, da Ematum e da MAM e lhe abriram as portas para o tapete vermelho da presidência de Armando Guebuza.

A 1 de Janeiro de 2019 o seu sonho africano foi interrompido. Foi preso ao fim da tarde em San Domingo, a capital da República Dominicana, onde pretendia passar férias com a sua esposa. É extraditado no dia seguinte para Nova Iorque e detido pelo FBI. O tribunal de Brooklyn legaliza no mesmo dia a sua prisão. O juiz William Kuntz II, uma semana depois, recusa uma saída em liberdade provisória mediante uma fiança de 20 milhões de dólares.

Em tribunal, segunda-feira, declarou-se não culpado pelos crimes de conspiração para lavagem de dinheiro e conspiração para cometer fraude. Ao tribunal disse que nunca antes tinha estado nos Estados Unidos.

(Fernando Lima em Brooklyn, texto elaborado a partir do depoimento feito em tribunal por Jean Boustani)

AQUI A CORRIDA SAUDÁVEL ESTÁ SEMPRE EM 1º LUGAR

14ª CORRIDA MILLENNIUM BIM

MILLENNIUM BIM. AQUI CONSIGO.

M

SÁBADO | 30 DE NOVEMBRO DE 2019

Corrida: 13km | Caminhada: 5km | Corrida em Triciclo: 10km

Feira de Saúde | Aulas de Spinning

Concentração: 5h30 | Início: 7h30 |

Partida: Parque dos Continuadores | Chegada: Praça da Independência

Inscrição gratuita de 14 de Outubro a 29 de Novembro,

na Associação de Atletismo da Cidade de Maputo, no Parque dos

Continuadores, de 2ª a 6ª das 9h00 às 18h00

e Sábados das 9h00 às 14h00

Ou através da App Corrida Millennium bim.



Não serão aceites inscrições no dia da prova.



APOIOS:



TOMAS BONNET

CLÍNICA DA SOMMERCHIED



Millennium
bim

millenniumbim.co.mz

PUBLICIDADE



Horizontes do Futuro estão neste lugar!

Instituição de excelência que está empenhada na educação e formação de alunos do ensino secundário dotando-os de capacidades que os habilitam a entrar com sucesso no ensino superior.

11^a e 12^a Classes

Acesso **directo** ao ensino superior no **ISCTEM**

Inscreve-te já!

A partir do dia 25 de Novembro

Para mais informações, contacta:
Secretaria do ISCTEM, no Campus Universitário do ISCTEM
Rua 1394 - Zona da FACIM, 322 - Maputo.
Tel: 84 923 0000
E-mail: secretaria@isctem.ac.mz

Stiglitz alerta Moçambique para endividamento excessivo

O Prémio Nobel da Economia de 2001 Joseph Stiglitz avisou, quarta-feira, ao Governo moçambicano para o perigo da tentação do endividamento excessivo, devido à expectativa das receitas dos recursos naturais, principalmente o gás natural.



Joseph Stiglitz

O norte-americano Joseph Stiglitz deixou o alerta, quando falava sobre o tema “Moçambique e o futuro: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável”, no âmbito do Fórum Económico Social de Moçambique (MOZEFO), que se realizou quarta e quinta-feira em Maputo. “Uma tendência inquietante em economias que descobrem grandes reservas de recursos naturais é o endividamento excessivo, porque vivem no conforto de que haverá dinheiro para pagar as dívidas”, afirmou Joseph Stiglitz, que foi também vice-presidente do Banco Mundial.

A perspectiva de ganhos avultados torna os países detentores de recursos naturais sedutores para a banca internacional, declarou.

“Se os bancos ocidentais ou asiáticos acreditam que Moçambique terá condições de devolver empréstimos, porque têm muitos recursos naturais, é lógico que se sentirão seduzidos a emprestar o dinheiro e, muitas vezes, em condições lesivas para o país”, assinalou Joseph Stiglitz.

O economista defendeu a diversificação da economia, tendo as receitas dos recursos naturais como catalisador, visando criar mais emprego e mais rendimento para as famílias.

“A actividade extractiva cria muito pouco emprego e é ilusório pensar de outra forma, pelo que o dinheiro proveniente desse sector deve estar ao serviço da economia”, acrescentou.

Uma má gestão das receitas dos recursos naturais, prosseguiu, vai intensificar as desigualdades e as tensões sociais, porque os ganhos do sector extrativo serão aproveitados por uma pequena elite.

Por outro lado, o fluxo intensivo de moeda estrangeira, por conta dos investimentos na exploração dos recursos naturais, pode provocar desequilíbrios cambiais nocivos à capacidade exportadora de outros sectores da economia, alertou José Stiglitz.

O Nobel da Economia de 2001 advogou a utilidade de um fundo soberano suportado pelas receitas dos recursos naturais, como um instrumento de investimento e de amortecimento de crises provocadas pela volatilidade dos preços dos recursos energéticos ou mesmo do banimento dos combustíveis fósseis em várias economias.

“Daqui a mais uns anos, Moçambique não poderá vender o seu carvão a algumas economias, porque já terão em implementação políticas anti-combustíveis fósseis”, frisou.

A dívida do país voltou a estar no centro das atenções pelo facto de

o anterior Governo moçambicano ter avalizado secretamente dívidas superiores a 2.2 mil milhões de dólares, sendo que parte desse dinheiro foi desviado para o pagamento de subornos.

Combate à corrupção deve ser cultura

Falando na ocasião, o Presidente, Filipe Nyusi, defendeu que o combate à corrupção deve ser uma cultura adoptada por toda a população e que não deve ser feito através de campanhas esporádicas. “Combater à corrupção deve ser uma cultura de todos e cada um tem de assumir a sua tarefa, não pode ser uma luta feita por campanhas”, declarou Filipe Nyusi.

Para o chefe de Estado, não há pequena nem grande corrupção, porque ambas as dimensões são lesivas para a população.

“O que se considera pequena corrupção fere mais o camponês, o camponês sente os danos dessa prática”, frisou.

Além de prejudicar a população em geral, a corrupção mina o ambiente de negócios e afasta os investimentos, assinalou Nyusi.

Tal como o combate à corrupção, continuou, a estabilidade política também é fundamental para que o país caminhe rumo ao desenvolvimento.

“Temos que procurar as soluções para a permanente instabilidade em que Moçambique vive, todos temos que viver dentro das regras e padrões internacionais, esse compromisso com a paz é básico”, referiu Filipe Nyusi.

Nessa perspectiva, prosseguiu, é importante o diálogo permanente e a tolerância.

O chefe de Estado defendeu a diversificação da economia para evitar a dependência em relação aos recursos.

“Fala-se muito do gás, mas temos áreas com muito maior potencial para a criação de mais emprego e renda para a nossa população”, defendeu o Presidente moçambicano.

Nesse sentido, continuou, as autoridades moçambicanas apostam na atracção de mais investimento privado para outras áreas da economia.

Filipe Nyusi assinalou a aposta do seu Governo na construção de mais infra-estruturas sociais e económicas, visando promover um desenvolvimento inclusivo.

A referência que Filipe Nyusi

fez ao tema da corrupção no seu discurso no MOZEFO acontece numa altura em que o assunto está na ordem do dia em Moçambique, devido ao escândalo das chamadas dívidas ocultas.

A justiça moçambicana e a norte-americana consideram que parte

do dinheiro foi usado para o pagamento de subornos.

Nos EUA decorre o julgamento do caso, enquanto em Moçambique os arguidos acusados no processo aguardam a decisão do recurso que interpuseram do despacho de pronúncia.

Durante o julgamento que decorre em Nova Iorque, Jean Boustani, arguido e negociador da empresa de estaleiros navais envolvida no escândalo revelou que a Frelimo, partido no poder, recebeu 10 milhões de dólares do dinheiro das dívidas ocultas.



[23]
NOVEMBRO
SÁBADO
11H-21H
FRAME01
AO VIVO

TERMOS & CONDIÇÕES APLICÁVEIS

TRAGA A SUA FAMÍLIA
E VENHA DESFRUTAR DA

GALERIA STREET PARTY

NA AV MÁRTIRES DE INHAMINGA
EM FRENTE À GALERIA

- OFICINAS DE ARTE INFANTIL
- PLAYGROUND INFANTIL
- FEIRA DE LIVRO E DISCOS
- MÚSICA AO VIVO E DJS

ENTRADAS:
300,00 MT
CRIANÇAS MENORES
DE 5 ANOS - ENTRADA LIVRE
CRIANÇAS DOS 5 AOS 12 ANOS - 200 MT

**BILHETES JÁ À VENDA NA GALERIA,
BEERGARDEN E ESCOLA PORTUGUESA**

CURTE E HOMENAGEIA O MELHOR DA
NOSSA CULTURA! VEM CONTEMPLAR O
LIVE ACTING BY FRAME01 - LUÍS BALDINI,
DO MAIOR MURAL DE GRAFFITI DE
MAPUTO, EM HOMENAGEM AOS ÍCONS
DA NOSSA ARTE.

AV MÁRTIRES DE INHAMINGA, TERMINAL DE CABOTAGEM, PORTO DE MAPUTO

Para mais informações, contacte-nos: [+258 87 876 0500](tel:+258878760500) | info@galeria.co.mz | [galeria.porto_de_maputo](https://www.galeria.porto_de_maputo) | [Galeria.Porto.de.Maputo](https://www.facebook.com/Galeria.Porto.de.Maputo)







EDITAL | 2020

No âmbito das condições gerais de ingresso no Ensino Superior, previstas na lei n.º 27/2009, de 29 de Setembro (Lei do Ensino Superior, artigo 23, n.º 5 alínea a)) na qual a condição de acesso à formação conducente ao grau académico de Licenciatura é a conclusão, com aprovação, da 12.ª classe ou equivalente, o ISCTEM torna público que irão decorrer no dia 11 de Dezembro de 2019, Testes de Diagnóstico e Entrevistas Vocacionais para admissão aos cursos que a seguir se indicam:

Escola/Curso	Vagas		Disciplinas				Requisitos
	Diurno	Nocturno	Disciplina 1	Peso	Disciplina 2	Peso	
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE							
Medicina Geral	200	-	Biologia	50%	Química	50%	B
Medicina Dentária	50	-	Biologia	50%	Química	50%	B
Farmácia e Controle de Qualidade de Medicamentos	50	30	Biologia	50%	Química	50%	B
ESCOLA SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS							
Gestão de Empresas	150	60	Matemática	50%	Português	50%	A
Contabilidade e Auditoria	150	60	Matemática	50%	Português	50%	A
Gestão Financeira e de Seguros	150	60	Matemática	50%	Português	50%	A
Gestão de Marketing	60	-	Matemática	50%	Português	50%	A
Gestão de Recursos Humanos e Negociação	60	-	Matemática	50%	Português	50%	A
ESCOLA SUPERIOR DE ENGENHARIAS E TECNOLOGIAS							
Engenharia Informática	120	-	Matemática	50%	Física	50%	C
Engenharia Geológica e de Minas	60	-	Matemática	50%	Física	50%	C
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ARTES							
Arquitectura e Urbanismo	45	-	Desenho	50%	Matemática	50%	C
Direito	150	-	Português	50%	História	50%	A

Para mais informações contacte:

Rua 1394 - Zona da FACIM, 322 Maputo | Moçambique
 Tel.: (+258) 84 093 1000 | info@isctem.ac.mz | isctem.ac.mz
 Maputo - Moçambique

Moçambique é muita areia para o camião dos mercenários russos

Por Pjotr Sauer*

As últimas investidas dos insurgentes no norte de Cabo Delgado parecem indicar que as Forças de Defesa e Segurança e seus aliados do Grupo Wagner, uma empresa russa de mercenários, ainda não têm o controlo total da situação.

A entrada no teatro das operações do Grupo Wagner, uma empresa que se diz ter ligações com o Presidente russo, Vladimir Putin, que consistiu no bombardeamento com fogo de artilharia a um acampamento dos insurgentes na região de Mbau, distrito de Mocimboa da Praia, na noite de 7 de Outubro, pôs os insurgentes em debandada.

Todavia, na última semana os insurgentes escalaram os seus ataques às posições das forças governamentais e dos mercenários, tendo causado mortes e destruição de propriedade de civis. É contra este pano de fundo que empresas de mercenários da África do Sul argumentam que o teatro das operações que é Cabo Delgado é muita areia para o camião do Grupo Wagner.

John Gartner, um antigo militar rodesiano que agora lidera a OAM, uma empresa de segurança militar, revelou ao Moscow Times que foi abordado por um governante funcionário moçambicano para ajudar a combater à insurgência Islâmica em Cabo Delgado.

Na altura Gartner pensou que estava para ganhar um contrato muito lucrativo. “Apresentamos-lhes uma proposta de primeira classe nos princípios de Agosto. Temos muita experiência em operar em Moçambique e conhecemos muito bem o ambiente difícil. Confia em mim, teríamos feito um trabalho excelente.”

Um outro ex-militar, Dolf Dorfling, antigo Coronel no exército sul-africano e fundador da empresa privada militar, Black Hawk, também submeteu uma proposta muito forte. Mas ambos perderam o contrato para um novo operador em mercados africanos – o Grupo Wagner.

Aparentemente, a proposta do Grupo Wagner era mais baixa e os russos parecem ter uma boa ligação política com Moçambique. Mas, segundo os ex-mercenários, os russos têm desvantagens porque não conhecem bem o terreno, o que mina a sua capacidade de operar no país.

“Olha, é (sobre o) dinheiro e política. Ficou claro que não podíamos competir com o (Grupo) Wagner,” disse Gartner. “Mas agora enfrentam problemas, estão atolados ao pescoço.”

Daí que, em Setembro a Times of London noticiou a chegada



Mercenários russos parecem estar a perder terreno em Cabo Delgado

de cerca de 200 mercenários do Grupo Wagner à Moçambique, o que foi depois confirmado pelo Moscow Times. Desde a sua chegada, os russos têm estado envolvidos em batalhas ferrenhas com os insurgentes ligados ao Estado Islâmico em Cabo Delgado. A insurgência já ceifou mais de 200 vidas desde 2017.

A Black Hawk e OAM são duas das muitas empresas militares privadas operando na África sub-Sahariana. A sua ascensão está ligada ao fim do Apartheid na África do Sul, que libertou muitos soldados qualificados e ansiosos por serem pagos para ajudar governos africanos com dificuldades em por cobro às rebeliões internas. Muitos deles têm entre 55 e 65 anos de idade, mas argumentam que têm conhecimento e experiência para continuar a trabalhar em África.

Gartner disse que tinha proposto trazer ao país cerca de 50 peritos altamente qualificados a um custo entre USD15.000 e USD25.000 por pessoa por mês. Embora não haja informação pública disponível sobre quanto o Grupo Wagner paga aos seus mercenários, Yevgeny Shabayev, um antigo oficial do exército russo e auto-declarado porta-voz do Grupo, disse ao Moscow Times que, em média, um soldado do Grupo Wagner do mais baixo nível recebe entre 120.000 e 300.000 rublos por mês (USD1,800 - USD4,700).

Filipe Nyusi na Rússia

Talvez o mais importante, dizem os ex-militares, é o suporte político que Wagner tem atraído comparado com tradicionais grupos de mercenários. Mark Galeotti, um perito em assuntos de segurança russos, disse que a combinação única da proximidade à Kremlin e baixos custos tornam o Grupo Wagner atraente. “São baratos e vêm como parte do

pacote de serviços de apoio ao regime, incluindo tecnologia política.”

O Presidente Filipe Nyusi voou à Rússia e manteve encontros com Putin nos finais de Agosto – dois meses antes das eleições presidenciais, legislativas e provinciais – onde assinou uma série de acordos de energia e segurança.

Embora não haja provas para sugerir-se que a Rússia enviou operativos para influenciar as eleições moçambicanas, empresas ligadas a Yevgeny Prigozhin, um oligarca russo representante do co-proprietário do grupo, têm sido acusadas de apoiar Nyusi e a Frelimo.

Antes das eleições de Outubro, a Afric, uma organização de pesquisas de assuntos africanos liderado pelo moçambicano José Matemulane, conduziu uma sondagem de opinião em Setembro. Os resultados da sondagem foram publicados online pelo International Anticrisis Center (IAC), um “think tank” associado à Prigozhin, que se diz ter relações estreitas com o Presidente russo Vladimir Putin. A sondagem foi amplamente partilhada nas redes sociais em Moçambique.

A sondagem pré-eleitoral da Afric previu a vitória de Filipe Nyusi nas eleições presidenciais, com 62.3% de votos, e da Frelimo nas eleições legislativas, com 60.5%. A publicação de tais sondagens durante o período da campanha eleitoral é proibida por lei em Moçambique. Mesmo assim, a sondagem da Afric subestimou o nível das vitórias de Nyusi e Frelimo: Nyusi obteve 73% do voto presidencial e a Frelimo obteve 73.3% do voto parlamentar. A página da Afric foi suspensa pelo Facebook em finais de Outubro sob acusações de levar a cabo “campanhas de desinformação”

para influenciar eleições em África.

Emboscados e mortos

Poucas semanas depois da chegada do Grupo Wagner, começaram a surgir relatos de que os seus mercenários estavam a ser emboscados, mortos e decapitados em Cabo Delgado. Duas fontes militares moçambicanas disseram ao Moscow Times em Outubro que, pelo menos, sete russos tinham sido mortos pela insurgência. Mais de uma dúzia de analistas independentes, mercenários e peritos de segurança que trabalham na região disseram ao Moscow Times que o grupo está atolado até ao pescoço em problemas.

“Tem que perceber que este é um dos ambientes mais difíceis no mundo,” disse Al Venter, um veterano jornalista sul-africano, que escreveu substancialmente sobre mercenários no continente. “O consenso é de que o (Grupo) Wagner não tem quase nenhuma experiência do tipo de guerra em mata primitiva que está sendo travada lá. Eles vão se dar muito mal,” acrescentou.

Cabo Delgado é uma das províncias mais pobres e menos desenvolvidas do país. Tem infraestrutura básica limitada, incluindo falta de estradas e hospitais, o que lhe torna um ambiente “ideal” para emboscadas, segundo um especialista moçambicano de inteligência baseado na área que pediu anonimato.

“A vegetação rasteira é densa de forma que o equipamento de alta tecnologia que o (Grupo) Wagner trouxe deixa de ser eficaz. Os russos chegaram com drones, mas na verdade não podem usá-los,” disse o especialista.

O ambiente não é o único problema que o grupo enfrenta. Duas fontes no exército moçambicano,

também falando na condição de anonimato, descrevem crescentes tensões entre o Grupo Wagner e as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) depois de uma série de fracassadas operações militares.

“Quase que paramos com patrulhas em conjunto,” disse um dos dois militares. Jasmine Opperman, uma perita de terrorismo baseada na África do Sul, acredita que “uma tempestade perfeita” se formou em torno do Grupo em Moçambique. “Os russos não compreendem a cultura local, não confiam nos soldados e têm de combater em condições horríveis contra um inimigo que está a ganhar cada vez mais força. Estão atolados ao pescoço.”

Os problemas do Grupo em Moçambique levantam grandes questões sobre o rápido crescimento da empresa, segundo Galeotti. “Claramente que tiveram que expandir desde os seus primeiros dias na Síria e têm que gerar lucro. Isto significa que têm de ser menos exigentes com os recrutas. Estão mais e mais a operar em teatros onde não têm experiência.”

Shabayev, que diz estar em contacto regular com mercenários do Wagner, ecoou esses sentimentos. Ele espera que o número de mortes dos soldados do Grupo Wagner suba no mundo nos próximos anos, mas disse que será difícil obter informação concreta dado ao secretismo do Grupo.

Ele disse que os primeiros corpos dos mercenários que morreram em Moçambique já chegaram à Vladmir, uma região na periferia de Moscovo, onde as famílias receberam compensações chorudas para manterem-se silenciosas. O Moscow Times não foi capaz de confirmar essa alegação de forma independente.

Por ora, Gartner e Dorfling encontram-se em prontidão, a monitorar de perto os desenvolvimentos em Moçambique. “Logo que Moçambique se aperceber que o Grupo Wagner não será capaz de fazer o trabalho sozinho, estaremos em demanda,” disse Dorfling.

Outras fontes disseram que o Grupo Wagner já começou a procurar peritos militares locais ainda sem sucesso. “Se pudesse dizer ao Wagner que estamos disponíveis a ajudar, seria ótimo. Gostariamos de entrar e fazermos o nosso melhor,” disse Gardner, antes de desligar, confirmando que a motivação dos mercenários sul-africanos é também uma oportunidade para gerar lucro do sofrimento dos moçambicanos.

AGORA É IZI ATÉ NO FACEBOOK

IZI NO FACEBOOK

Consulte saldos, movimentos e extractos, faça recargas e actualização de documentos, tudo de forma rápida, fácil e segura. Para utilizar, basta aceder à página do Millennium bim no Facebook e através do Messenger digitar qualquer palavra ou frase para aceder ao menu de operações.

Saiba mais no nosso website ou visite um Balcão Millennium bim perto de si.

MILLENNIUM BIM. AQUI CONSIGO.



A presente plataforma é da propriedade do Millennium bim, não representando qualquer filial ou representação da Facebook Inc.



21 35 00 35
82 35 00 350
84 35 00 350
86 35 00 350
millenniumbim.co.mz

Millennium
bim

Fernando Mazanga diz que há poderes extra que decidem os processos eleitorais no país

CNE não está partidarizada, está frelimizada

- “É penoso ver o presidente da CNE a votar. O braço dele nunca ultrapassa o seu ombro. O seu rosto não é visível. Mete pena, sofre bastante, mas infelizmente tem de obedecer a voz de comando”

Por Raul Senda

Com o processo eleitoral de 15 de Outubro passado, marcado por irregularidades de várias ordens, ainda fresco, o vogal da Comissão Nacional de Eleições (CNE) diz que há forças externas aos órgãos eleitorais que decidem as eleições no país. Fernando Mazanga, vogal pela Renamo, refere que a CNE é um órgão cosmético cujas competências começam e terminam na letra da lei. Mazanga, que também foi porta-voz da Renamo, sublinha que a paridade é falácia, porque a Frelimo sempre teve a maioria “e usa essa maioria” para impor, através do voto, seus desejos. Nas linhas abaixo segue a entrevista onde o vogal descreve as artimanhas em torno dos processos eleitorais em Moçambique. As transições internas na Renamo, após a morte do líder histórico Afonso Dhlakama, marcadas por uma afronta aberta do General Mariano Nyonggo à liderança de Ossufó Momade, foram incontornáveis.

A Renamo nunca aceitou resultados das eleições sob alegação de fraude. Qual é o papel dos representantes deste partido nos órgãos eleitorais? É importante perceber o seguinte: em 1994, os órgãos eleitorais tinham uma carga partidária muito forte. Apenas o presidente (Brazão Mazula) é que não estava, formalmente, ligado a um partido político. Depois vivemos várias metamorfoses, muitas delas propostas pela Renamo, até que chegámos ao nível de que os órgãos eleitorais deviam ser constituídos por figuras provenientes das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Agora a questão é: que Sociedade Civil (SC) é essa? Quem são os seus membros? Se está recordado, houve um trabalho feito em todo país, liderado por Brazão Mazula, visando a busca de figuras idóneas a fim de compor os órgãos eleitorais. Sucede que, quando a própria SC apurou seus representantes, a Frelimo não os reconheceu. Depois chegou-se ao entendimento de que os representantes da SC deviam ser escolhidos pelos partidos representados na CNE. A Frelimo indicou seus nomes, mas quando fosse a vez da Renamo, o nosso adversário recusava. Nessa altura, a Renamo escolheu figuras como Alice Mabota e Salomão Moyana, mas a Frelimo negou. Daí notou-se que a Frelimo não queria uma SC de facto, mas manietada. Não está a responder a minha questão. O que fazem os membros da Renamo nos órgãos eleitorais? Ademais, o princípio de paridade é que reina nos órgãos eleitorais.

fase, a dita paridade. Dita paridade porque isso de paridade é falácia. Nos nossos órgãos eleitorais não há paridade. A Frelimo sempre teve a maioria e usa essa maioria para impor, através do voto, seus desejos. É através do voto maioritário da Frelimo nos órgãos eleitorais que se manipula tudo e chumba-se todas reclamações da oposição. Os representantes da oposição que estão nos órgãos eleitorais fiscalizam o processo, mas as suas reivindicações são ofuscadas pelo voto maioritário da Frelimo. A paridade implicaria o equilíbrio de forças. Isto é, Frelimo cinco, Renamo cinco e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) cinco. Infelizmente, a Frelimo nunca aceitou essa ideia por considerar que a oposição teria 10 membros. Sabendo que numa negociação não se ganha tudo, a Renamo cedeu e o consenso foi de que a Frelimo fica com cinco, Renamo quatro e o MDM um.

Mesmo assim, a Frelimo não se conformou e impôs mais sete membros da SC onde a Renamo devia cooptar dois, MDM um e a Frelimo quatro. Logo, a questão de paridade ficou viciada porque a Frelimo passou a ter a maioria.

Diferentemente das figuras indicadas pela oposição que seguem a lei e a sua consciência, todos elementos da SC cooptados pela Frelimo, quando entraram na CNE comportaram-se como partidários da Frelimo. Há muita gente que diz que a CNE deve acabar é a cooptação da SC pelos partidos políticos. A SC deve entrar pela força própria, não pode haver influência de partidos políticos. A SC não pode ser mantida pelos partidos políticos para entrar na CNE, porque essa via faz com que deixem de fazer seus trabalhos e apenas prestar vassalagem à Frelimo. Num processo eleitoral não podemos ter arbitro que também é jogador. Qualquer equipa que tiver a maioria, sempre será favorecida, mesmo que a oposição apresente candidatos como Barack Obama, com este modelo sempre irá perder. Todo esquema de fraude eleitoral é chancelado na CNE através do voto maioritário da Frelimo.

Hoje falamos do clã Sidat no monopólio de produção do material de votação. Mas isso não é de hoje, desde que Moçambique introduziu o

sistema democrático, todas empresas que fornecem material eleitoral, os accionistas são membros da Frelimo. Portanto, a fraude eleitoral é preparada de várias formas, mas tudo dentro dos órgãos eleitorais. **Alguma vez a Renamo terá apresentado alternativas para fazer face às empresas da Frelimo no fornecimento do material eleitoral?** Quem são os empresários que temos em Moçambique? Para ser empresário em Moçambique tem de estar aliado ao partido Frelimo. Veja quem são os empresários que estão na CTA. Que interesses a CTA representa. Quem são os elementos da CTA que acompanham o chefe de Estado quando vai ao exterior. Portanto, é difícil um elemento que não tenha afinidades com a Frelimo erguer uma empresa pujante. Tudo é monitorado e controlado pelo partido Frelimo.

O STAE nunca obedeceu a CNE

O processo de produção, empacotamento, transporte, armazenamento e distribuição de boletins de voto também conta com a fiscalização dos representantes da Renamo nos órgãos eleitorais.

Nestas eleições, a Renamo queixou-se do aparecimento de boletins pré-votados à favor da Frelimo. Como é que esses boletins saíram do circuito oficial se a Renamo também está por dentro com cerca de 900 membros? Diz que a Renamo tem 900 membros e a Frelimo tem quantos? Aqui voltámos a questão de paridade. A Frelimo é a maioria do topo a base. Ademais, quem faz a organização da logística eleitoral é o STAE. Nas vésperas das primeiras eleições, em 1994, foi criado o STAE como órgão de apoio a CNE. O STAE central tinha 50 membros dos quais 25 vinham da Frelimo/governo e o remanescente da Renamo, partidos não armados e da ONUMOZ. Quando o processo eleitoral terminou em 1995, todos saíram e ficaram os 25 membros da Frelimo. É esta máquina que, de lá a esta parte, faz todo trabalho. Os elementos da oposição que chegam nas vésperas das eleições vão para cumprir com os acordos políticos, porque todas manobras foram executadas por elementos da Frelimo, que estão a tempo inteiro.

Por exemplo, como vogal da CNE, estou a dirigir a Comissão de Formação e Educação Cívica. É a comissão responsável pela capacitação dos presidentes das Comissões Distritais de Eleições (CDEs), seleção de formadores centrais, nacionais, provinciais e distritais que depois vão até a seleção dos presidentes das mesas de voto. Mesmo assim, não fui incluído em todas



“Através do voto maioritário a Frelimo, nos órgãos eleitorais, manipula tudo e chumba-se todas reclamações da oposição”, Fernando Mazanga

empregadas atinentes à capacitação dos presidentes das CDEs e muitos menos na seleção dos formadores a todos níveis. Sem comunicar a CNE, o STAE executou tudo sob comando do partido Frelimo. Quis saber da proveniência desses formadores junto ao presidente da CNE e não tive a resposta. **A informação que temos é de que os formadores foram seleccionados através dum concurso público.**

O problema está justamente aí. Esses concursos foram feitos pelo STAE e a CNE na qualidade de supervisor das actividades do STAE não foi envolvida. Não houve essa oportunidade de envolver a CNE nestas empreitadas. O STAE faz tudo sozinho e presta contas ao partido Frelimo e não a CNE como a lei recomenda. Aliás, umas das pessoas que está ilegalmente no seu posto é o actual director-geral do STAE. Chegámos a CNE em 2013 e encontramos o director do STAE. Estando no período eleitoral, o acordo foi de que após as eleições de 2014, devia-se lançar um concurso para admissão do novo director-geral, mas a Frelimo contornou o acordado e, até hoje, nada mudou.

Grande parte dos presidentes das CDEs não seguiram o processo normal de seleção para exercer os cargos. Não se beneficiaram de formação e foram recrutados para cumprir missões. Identificámos vários casos, denunciámos, mas ninguém nos ouviu. Por exemplo, acha que é normal que na mesa onde votam os chefes

de Estado, o presidente da mesa de voto seja o mesmo desde 1994? Nunca mudou. Como é que isso é possível? Portanto, a ladainha de que não podem acontecer fraudes, porque estão lá membros da Renamo é uma falácia. Não estamos lá com este peso de equilíbrio.

O STAE nunca obedeceu a CNE. Tem um comando paralelo ao qual deve obediência suprema. Os próprios elementos da Frelimo na CNE não obedecem a lei e muito menos o presidente. Até os presidentes das Comissões Provinciais e Distritais de Eleições não obedecem ao presidente da CNE. Há um comando extra que decide os processos eleitorais em Moçambique.

Se a CNE não coordena o processo eleitoral quem é que dirige?

É isso que deve ser investigado. Os membros da Frelimo na CNE é que devem explicar por que desobedecem o órgão e manipulam os processos. Não se explica que em sede do colégio que constitui a CNE sejam tomadas decisões. Mas, por sua vez, essas decisões sejam ignoradas ao nível da base e ninguém é responsabilizado.

Desobediência é um tipo legal do crime. Será que a CNE não tem poderes para sancionar as entidades que recusam cumprir suas orientações?

Infelizmente a lei é omissa. O presidente da CNE não tem poder de sancionar seus subordinados por desobediência. O presidente da CNE não pode exonerar um presidente da Comissão Provincial ou Distrital, por exemplo.

Como é que avalia desempenho do Abdul Carimo Sau, presidente da CNE?

Entrou da mesma maneira que os membros da SC indigitados pela Frelimo. Portanto, não pode fugir a regra. É penoso ver o presidente da CNE a votar. O braço dele nunca ultrapassa o seu ombro. O seu rosto não é visível. Mete pena, sofre bastante, mas infelizmente tem de obedecer a voz de comando. É que sempre que a Frelimo fica sem argumentos legais nem retóricos para justificar as suas posições, convida o presidente para se ir a votação. Mesmo sem razão e, como tem de cumprir as orientações de quem lhe mandou para aquele lugar, delibera contra a sua consciência.

Contudo, acho que é um homem ponderado, porque, apesar de votar com os outros mesmo sem razão, sempre abriu espaço para cada um nós expormos nossas posições. Tem paciência de ouvir todas partes.

Secretismo na tramitação de expedientes CNE/CC

Recentemente, o CC chumbou um recurso interposto pela Renamo onde protestava o facto da sessão da CNE que aprovou a centralização nacional dos resultados ser ilegal, porque tinha que ser feita pela plenária da CNE com a presença dos mandatários, o que não aconteceu. Se diz que o presidente da CNE é uma figura ponderada, porque é que tornou esta sessão válida?

O presidente da CNE convocou a

sessão para aprovação da agenda de actividades que seriam discutidos em plenária no dia seguinte. Quando chegámos ao encontro, os elementos da Frelimo mudaram a agenda e disseram que devíamos discutir e votar o programa. E nós perguntámos: votar o quê porque se nem agenda tinha sido aprovada, nem tínhamos os documentos em nosso poder. Tal como mandam as normas, queríamos os físicos das actas e editais produzidos nos distritos e nas províncias, mas recusaram e trouxeram números que foram apresentados em *PowerPoint*. Quer a oposição bem como o presidente procuram saber do objecto da votação. A discussão durou muitas horas. Estranhamente, naquele dia não havia lanche para os vogais. Como não havia consensos, pedimos um intervalo para comer qualquer coisa. Na ausência dos vogais da oposição, a Frelimo votou.

Não concordamos com a atitude dos nossos colegas de tal forma que os resultados entregues ao CC pelo presidente da CNE para a promulgação não têm assinaturas dos vogais da oposição. Apenas a Frelimo e seus membros da SC é que assinaram. Mesmo na cerimónia de entrega, a oposição não se fez presente no CC. O Presidente da CNE fez-se acompanhar apenas pelos membros da Frelimo.

Nem fomos informados que a CNE entregaria os documentos ao CC. Vimos na imprensa. Todo o processo foi feito as escondidas.

O secretismo e a exclusão da oposição no tratamento dos expedientes entre a CNE e o CC continuam. Por exemplo, após a submissão do documento de validação dos resultados, o CC solicitou alguns esclarecimentos junto a CNE. Mandam os procedimentos que perante esse cenário, o presidente da CNE deve convocar a plenária para discutir a questão e produzir as respostas.

Contudo, o expediente do CC entrou na CNE, mas o presidente não convocou a plenária e os vogais da Frelimo é que responderam ao CC. Quando soubemos dessas manobras antidemocráticas, fizemos uma missiva ao presidente da CNE a questionar as razões da nossa exclusão ou da não convocação da plenária da CNE. Ainda não fomos respondidos. Também queremos que o CC nos explique as razões que o fazem aceitar documentos excludentes e produzidas de forma ilegal.

Portanto, há razões para dizer que Abdul Carimo Sau está ao serviço da Frelimo e não da democracia?

Eu não diria isso, diria que o comportamento do presidente da CNE não foge a forma como toda SC cooptada pela Frelimo se comporta.

Qual foi o posicionamento da Renamo, quando a CNE deliberou

que todo cidadão que recenseou mesmo sem cartão de eleitor podia votar?

Tudo iniciou no censo eleitoral. No recenseamento, tivemos situações em que não houve impressão de cartões, porque as máquinas falhavam. Portanto, as pessoas foram registadas, mas não tiveram cartões e essas falhas aconteceram mais nas zonas sob influência da Renamo.

Preocupados, levámos o assunto à plenária e daí a conclusão foi de que uma vez que as pessoas foram inscritas e os nomes constam nos cadernos eleitorais podiam votar com

qualquer documento que contém a fotografia.

A decisão foi comunicada as CDEs centrais foram desobedecidas em muitos distritos. Portanto, as pessoas que não tinham cartões de eleitores foi lhes recusado o direito de votar, porque a Frelimo queria ter espaço para o enchimento de urnas.

É que num caderno de 800 eleitores, se votam 700, o espaço de enchimento fica apertado. Portanto, a Frelimo interessava que muita gente não votasse para ganhar espaço de fazer enchimentos.

Na mesa onde votei, no bairro das Mahotas, até às 10 horas, as urnas estavam cheias e sem espaço para mais boletins. Comuniquei a situação ao director-geral do STAE e ao presidente da CNE, mas nenhum deles averiguou a denúncia.

E qual era o papel dos delegados da Renamo nessas mesas onde as urnas estavam cheias até as 10 horas?

Um ladrão para roubar não precisa que o dono da casa saia. Rouba mesmo na presença. Quando você melhora o sistema de segurança, o ladrão também sofisticada a sua forma de roubar.

Nem a Renamo nem o país mereciam perder Dhlakama

Em 2018 e 2019 tivemos as primeiras eleições sem o líder Afonso Dhlakama.

Para mim é difícil falar de Afonso Dhlakama. É difícil desassociar a Renamo de Afonso Dhlakama. Fui porta-voz durante 12 anos. Aprendi muito, falava com ele todos os dias. Portanto, se ficasse dois dias sem falar com Dhlakama, ficava doente. Havia um DNA político entre eu e o presidente Dhlakama que nos fazia trabalhar em harmonia. Nunca imaginei eleições sem Afonso Dhlakama, nunca concebi a morte dele, porque eu conhecia os sonhos dele, partilhava com ele os momentos bons e difíceis. No dia 30 de Abril, conversámos longamente e ficámos por conversar no dia 2 de Maio, mas infelizmente não conversámos e perdeu a vida no dia 3.

Foi um líder que não olhava para amizade ou familiaridade para promover pessoas. Dava primazia a competência. Por exemplo, há pessoas que pensam que a ascensão de Ivone Soares deriva do facto de ser sobrinha. Isso não é verdade. A “miúda” mereceu. Há quem diga que o meu filho chegou a Assembleia da República por ser descendente de um próximo de Dhlakama que sou eu, mas também não é verdade. Ao nível da militância, o meu filho provou seus dotes e mereceu a confiança. O presidente Dhlakama sempre quis ver quadros competentes dentro da Renamo, porque a sua visão ultrapassava a Renamo. Tinha uma visão sobre o país. O presidente Dhlakama sempre me incumbia a tarefa de trazer quadros para dentro do partido. Consegui convencer quadros como Eduardo Namburete, Ismael Mussá, João Colaço, Venâncio Mondlane entre outros a ingressar na Renamo. Na verdade, nem o país, nem a Renamo mereciam perder uma figura como Dhlakama.

Como é que olha para a nova era da Renamo. O reinado de Ossufó Momade?

As pessoas não são iguais. Cada uma tem a sua forma de ver e fazer as coisas. Dhlakama é diferente de Ossufó e vice-versa. Portanto, comparar as duas figuras seria um erro grave.

O general Ossufó é uma pessoa de poucas palavras, mas tem suas virtudes, aprendeu alguma coisa de Afonso Dhlakama. Apesar de ser pouco expressivo, é uma pessoa sóbria e que sabe ouvir. Mas, a vida política é dinâmica, acredito que com o tempo vai

aprender mais.

No entanto, há sinais de algumas pessoas quererem aproveitar-se dessa transição para desestabilizar o partido e obter dividendos. É notório que algumas pessoas tentam diminuir o peso do general Ossufó. Com alguma frequência assistimos pessoas, partes delas de dentro, a tentar transmitir a mensagem de que o general não serve falando mal dele.

Está a falar de Mariano Nyonggo e seu grupo? O Nyonggo é militar e como político não posso comentar questões militares.

Então quem são essas pessoas que procuram denegrir a imagem do presidente da Renamo?

Não acho ético falar de nomes nos jornais. O que posso dizer é que as pessoas devem entender que nem todos os dias o sol brilha. Devem perceber que os cargos não são perpétuos.

Se um dia o presidente Ossufó entender que não pode alinhar com Mazanga, vou respeitar. Numa das conversas com o meu filho, expliquei que não estamos na Renamo atrás de cargos, estamos porque aceitámos este partido. A política é um lugar de definitivos provisórios, o que é bom hoje pode não ser bom amanhã, então nós não podemos ficar na política por obsessão, porque os nossos lugares não são cativos.

Mas há sinais que indicam que as figuras proeminentes no tempo de Afonso Dhlakama estão a perder espaço com Ossufó Momade.

Tenho visto isso na imprensa. Até chegaram a dizer que a família Mazanga está a perder tacho. Mas não alinhó nesse diapasão.

Não sinto isolamento de pessoas próximas a Dhlakama. Vejo isso como processo normal. Quando Samora morreu, Chissano era ministro tal como Chipandes, Gueuzas e companhia. Mas quando foi eleito, em 1994, tirou todos seus contemporâneos do governo e mandou-os ao parlamento e formou o governo com uma equipa júnior onde podia ter palavra. O mesmo pode estar a acontecer com Ossufó. Ele pode fazer isso, desde que sejam pessoas da Renamo. Os outros devem compreender e continuar a trabalhar pela Renamo.

Quais são as ambições políticas de Fernando Mazanga?

Ambiciono ser edil de Maputo. Concorrer e vencer eleições no município de Maputo.

ANÚNCIO PÚBLICO DA EXXONMOBIL MOÇAMBIQUE, LIMITADA PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO FORNECIMENTO DE CINQUENTA (50) UNIDADES DE DESENVOLVIMENTO RESIDENCIAL EM MAPUTO, MOÇAMBIQUE

A ExxonMobil Moçambique, Limitada (“EMML”) convida as empresas interessadas a enviar as suas manifestações de interesse (“Manifestação de Interesse”) para o fornecimento de acomodações residenciais para funcionários expatriados, seus dependentes e hóspedes no âmbito de negócios.

ÂMBITO DO TRABALHO

A EMML possui uma estratégia de crescimento para Maputo, Moçambique nos próximos anos e procura propostas de empresas registadas localmente para construção de um edifício residencial de aproximadamente 50 unidades de apartamentos (“Projecto”) em Maputo, com as condições necessárias. A EMML busca concessões dos referidos apartamentos pela empresa selecionada e propostas com prazos de sete (7) à dez (10) anos, sujeito a extensão do contrato de arrendamento por um período adicional de três (3) anos. Como a segurança, a protecção e a conveniência dos funcionários da EMML são de alta prioridade, o objectivo do projecto é garantir acomodações seguras, confortáveis e atraentes para funcionários expatriados, seus dependentes e convidados. As acomodações destinam-se a atender necessidades de vida, recreação e sociais de expatriados.

O provedor será responsável pelo projecto, fornecimento e construção das unidades residenciais, incluindo todos os móveis, utensílios e equipamentos. As especificações básicas estabelecidas nesta MDI serão o requisito mínimo a serem levado em consideração.

DOCUMENTOS EXIGIDOS

As empresas interessadas neste convite devem preencher o formulário com as informações da empresa e enviar os documentos necessários listados abaixo no Portal de registo de fornecedores da EMML <https://mz.rovumalngsrp.com/> e enviar um e-mail de confirmação do registo para o seguinte correio eletrónico: Mozambique2019@exxonmobil.com :

1. Desenhos de projecto conceitual da planta do local, plantas do rés-do-chão, secções de um edifício, elevações principais e interpretação em 3D;
2. Descrever a funcionalidade do edifício, seus componentes de segurança, vida/protecção e conforto;
3. Descrever a acessibilidade, localização e integração do edifício nas rotas de transporte, comodidades vizinhas;
4. Iniciativas de sustentabilidade propostas (design verde);
5. Proposta de cronograma;
6. Organização da equipe de projecto e construção proposta e experiência relevante com empreendimentos residenciais similares em Moçambique;
7. Viabilidade e condições comerciais para períodos iniciais de arrendamento de sete (7) e dez (10) anos;
8. Documentos que comprovam a experiência com empreendimentos e manutenção residencial similares em Moçambique;
9. Proposta de planos de garantia e controle de qualidade;
10. Proposta do projecto, plano de execução e cronograma;
11. Proposta do plano operacional e de manutenção ;
12. Registo da empresa em Moçambique;
13. Proposta que comprove a propriedade do local do projecto;
14. Formulário de questionário para empresas e associados (PBAQ);
15. Informações gerais sobre o perfil da empresa;
16. Número de funcionários (tamanho actual da empresa);
17. Número e tipos de prestadores de serviços no banco de dados;
18. Locais para escritórios;
19. Experiência prévia com empresas multinacionais;
20. Confirmação da capacidade de lidar com as necessidades de viagem dos prestadores de serviços; e
21. Evidências de que a empresa possui sistemas em conformidade com a Lei de Política de Corrupção no Internacional e a Lei de Suborno do Reino Unido.

O objectivo das informações e documentos é identificar empresas qualificadas com capacidade comprovada e experiência relevante recente a ser considerada para um potencial convite à apresentação de propostas.

Esta consulta não deve ser considerada como um convite para licitação e não representa ou constitui qualquer promessa, obrigação de oferta ou compromisso de qualquer espécie por parte da EMML para entrar em acordo ou acordo com a vossa instituição ou com qualquer outra empresa participante deste concurso.

Todos os dados e informações fornecidos durante esta aplicação não devem ser considerados como um compromisso da EMML para entrar em qualquer acordo ou arranjo com a vossa com a entidade, nem habilitar sua empresa a reivindicar qualquer indemnização da EMML. Os dados e informações claramente marcados como “confidenciais” fornecidos de acordo com esta consulta serão tratados como confidenciais pela EMML e suas afiliadas e não serão divulgados a pessoas ou empresas não autorizadas.

Os documentos devem ser submetidos em inglês até ao dia **6 de Dezembro de 2019 as 16:00 Horas** (Horário de Maputo/CAT).

Quaisquer custos incorridos pelas empresas interessadas na preparação de suas resposta a este EOI serão de exclusiva e inteiramente responsabilidade do desenvolvedor e serão totalmente suportados por esse desenvolvedor e não terão direito a nenhum reembolso pela EMML. Não obstante, este não deve recorrer a EMML.



**EXXONMOBIL MOÇAMBIQUE LIMITADA
PUBLIC ANNOUNCEMENT FOR EXPRESSIONS OF
INTEREST IN PROVIDING
FIFTY (50) UNIT RESIDENTIAL DEVELOPMENT IN MAPUTO,
MOZAMBIQUE**

ExxonMobil Moçambique, Limitada (“EMML”) invites interested companies to submit their expressions of interest (“Expression of Interest”) to supply residential accommodations for expatriate employees, their dependents and business guests.

SCOPE OF WORK

EMML has a growth strategy in Maputo, Mozambique over the next couple of years and is seeking development proposals from locally registered developers to supply an apartment building of approximately 50 residential units (“Project”) in Maputo, with the necessary amenities. EMML will look to lease the apartments from the developer and requests proposals for terms of seven (7) years to ten (10) years with the right to extend the lease two additional three (3) year periods.

As safety, security, and convenience of EMML employees are of high priority, the project goals are to achieve a safe, secure, comfortable and appealing accommodations for expatriate employees, their dependents and guests. The accommodations are to support expatriate living, recreational and social needs. The developer will be responsible for the design, supply and construction of the residential units, including all furniture, fixtures and equipment. The basic specifications stated in this EOI will be the bare minimum requirement to be adhered to.

REQUIRED DOCUMENTS

Companies interested in this invitation shall complete Company information and submit the required documents listed below in EMML Supplier Registration Portal <https://mz.rovumalngsrp.com/> and email confirming registration to Mozambique2019@exxonmobil.com:

1. Concept design drawings of site plan, floor plans, one building sections, key elevations and 3D rendering;
2. Describing the functionality of the building, its security, life/safety, and amenity components;
3. Describing the building’s accessibility, location, integration within transport routes, surrounding amenities;
4. Proposed sustainability initiatives (green design);
5. Proposed finish schedule;
6. Proposed design and construction team organization and relevant experience with similar residential developments in Mozambique;
7. Feasibility and commercial terms for initial lease periods of seven (7) and ten (10) years;
8. Documentation of experience with similar residential developments and maintenance in Mozambique;
9. Proposed Quality Assurance and Quality Control plans;

10. Proposed design and execution programme, and schedule;
11. Proposed operational and maintenance plan;
12. Registration of company in Mozambique;
13. Proof of ownership of proposed project site;
14. Completed Proposed Business and Associate Questionnaire (PBAQ) form;
15. General information about the Company profile;
16. Number of staff (current company size);
17. Number and types of service providers in database;
18. Office locations;
19. Prior experience with multinational companies;
20. Confirm ability to handle travel needs of service providers; and
21. Evidence the company has Foreign Corrupt Policy Act and UK Bribery Act compliance systems.

The purpose of the information and documents is to identify qualified companies that have the proven capability and recent relevant experience to be considered for potential invitation to tender.

This enquiry shall not be considered as an invitation to bid and does not represent or constitute any promise, offer obligation, or commitment of any kind on the part of EMML to enter into any agreement or arrangement with you or with any other company participating in this enquiry.

All data and information provided within the application shall not be considered as a commitment on the part of EMML to enter into any agreement or arrangement with you, nor shall it entitle your company to claim any indemnity from EMML.

Data and information clearly marked as “confidential” provided pursuant to this enquiry will be treated as confidential by EMML and their affiliates and will not be disclosed to non-authorized persons or companies. The documents must be delivered in English on or before **December 6, 2019 by 4:00 PM** (Maputo Time/CAT).

Any costs incurred by the interested companies in preparing a response to this EOI shall be solely and entirely the responsibility of the developer and shall be fully born by such developer and will not be entitled to any reimbursement by EMML. Further, such developer shall have no recourse to EMML.

ExxonMobil

EDITORIAL

O fim do multipartidarismo

É muito pouco provável que o Conselho Constitucional chegue a uma conclusão diferente sobre os “resultados” das últimas eleições de 15 de Outubro. De qualquer modo, as principais contestações apresentadas pela oposição já foram declaradas improcedentes.

O país volta a mais do mesmo, e como já se podia prever, a Frelimo continuará a dominar o cenário político nacional, mas desta vez com uma maioria qualificada que lhe permitirá fazer passar qualquer legislação, incluindo moldar a própria Constituição ao seu sabor, sem precisar de ouvir a oposição.

A última revisão constitucional, imposta pela Renamo contra a vontade da Frelimo, ainda que não necessariamente conducente a uma verdadeira descentralização, abria espaço para um semblante de partilha do poder. Dado o histórico em eleições anteriores, havia uma real possibilidade do maior partido da oposição, a Renamo, governar algumas províncias onde tradicionalmente sempre teve um melhor desempenho. Com os últimos resultados, nem sequer essa modesta conquista democrática se materializará. A analogia pode ser muito pesada, mas essencialmente não existe uma grande dissemelhança com o período em que os colonos subjugarão os últimos focos da resistência anticolonial, apoderaram-se do território e transformaram os moçambicanos em seus servos. O neocolonialismo tem várias formas, e pode incluir a subjogação de um povo pelos seus próprios. A brutalização de um povo não requer apenas actos de violência física; pode se obter o mesmo resultado através da aplicação cínica das leis e instrumentalização das instituições públicas.

A injustiça eleitoral tem o potencial para gerar conflitos, incluindo o recurso à violência por parte daqueles que consideram que todos os meios legais possíveis estão bloqueados para lhes permitir qualquer direito de regresso. O desespero é o pior inimigo da harmonia social.

Sem o conforto dos mecanismos formais e legais de resolução de conflitos, a anarquia é a única alternativa. Resta saber quem estará preparado para assumir as consequências de actos perfeitamente evitáveis. A vitória total, por quaisquer meios possíveis e disponíveis, não é tudo o que nos resta na vida. A honra e a dignidade são valores inegociáveis, e é possível viver com honra e dignidade.

O cenário actual sugere o fim da democracia multipartidária em Moçambique. Um processo de decapitação sistemática da oposição está em curso, e será uma grande ilusão continuar a acreditar numa nova forma de participação popular na vida política nacional assente no pluralismo partidário.

Uma nova forma de organização política, ancorada num movimento de massas, parece ser a nova abordagem que se precisa; uma convergência nacional popular conducente a uma nova libertação.

Quando o mesmo instrumento que o povo tem para decidir sobre questões críticas de governação é subvertido e posto ao serviço de interesses de grupo, colocando o Estado na situação de refém, qualquer recurso a meios legais torna-se reduzido a uma futilidade, precisamente porque a outra parte não está preparada para respeitar as leis estabelecidas.

A detenção arbitrária de delegados da oposição e de observadores independentes no dia das eleições, e em alguns casos a sua manutenção em prisão preventiva prolongada sem uma acusação sustentada em factos sólidos, é um sinal claro de que nem a pretensão de respeito pelas leis do país já é necessária.

A presença não justificada em locais públicos de meios de repressão, alguns dias antes e depois das eleições, confirma o medo que se tem pelo povo. Não porque o povo tenha demonstrado alguma razão para que se tenha medo dele, mas porque se sabe de antemão que um povo sujeito a abusos tem os seus limites de paciência.

Cartoon



POR ANTÓNIO CABRITA



Hong-Kong

Voltámos a um momento, a nível global, em que a necessidade de rebelião se sobrepõe à identificação das primeiras causas, as quais têm apenas em comum um mal-estar geral e a intranquilidade com que os jovens encaram a incerteza do seu futuro, o que lhes acicata a vontade de agir, ainda que a energia suplante a capacidade para traduzir racionalmente os movimentos. Tal como aconteceu com os “coletes amarelos” em França, a revolta dos estudantes em Hong-Kong e a persistência dos seus levantamentos é um acontecimento político de relevância global. Daí que, refere com acerto José Manuel Fernandes num artigo no Público, um movimento desta natureza, ocorrido em qualquer outro Estado, teria hoje uma visibilidade incomparável e suscitaria uma enorme corrente de solidariedade ocidental. Mas porque o movimento desafia a China e o seu enorme poder, são poucos os que se atrevem a estender a mão aos jovens daquela cidade-região.

Os próximos tempos serão decisivos na luta pela liberdade e a autonomia e teme-se que o braço de ferro com Pequim resvale para uma resposta opressiva de Pequim, de inadivinháveis consequências. A avaliar pelo silêncio que se abateu sobre a justa luta do Dalai Lama e do Tibete, pode ser tenebroso o futuro de Hong Kong. Por isso, diz o articulista, Hong Kong será a mais simbólica das rebeliões da vaga de protestos em curso a nível global.

E mais adianta, o artigo: «As rebeliões e as revoluções são como os pobres do Evangelho: sempre as teremos entre nós. Mas as novas tecnologias e, principalmente, a dinâmica das redes sociais potenciam o efeito de imitação e de contágio. As redes sociais, mesmo quando bastante domesticadas pelos poderes políticos, facilitam enormemente os mecanismos de comunicação e interacção em cadeia. Há porventura quem objecte que as vagas de democratização na Europa do

Sul, na América Latina e na Europa do Leste corresponderam já, cada uma delas, a um nexo de mimetismos. Ou mais recentemente, em pleno reino das redes sociais, a primavera árabe. Haverá, sem dúvida, paralelismos que podem estabelecer-se, mas ainda assim havia aí uma circunscrição regional e uma identidade de condições político-ideológicas que nestas vagas, mais espontâneas e mais caóticas, não se vislumbram. Olhe-se para as linhas de simpatia entre o movimento de Hong Kong e os protestos na Catalunha e pode bem perceber-se os fluxos de “comunicação” das rebeliões em curso.

A sociedade das redes sociais explica estes fluxos de comunicação entre movimentos tão heterogêneos, seja na sua etiologia, seja na sua teleologia. A digitalização é um dos factores que mais tem contribuído para a luta pela participação directa dos cidadãos no processo político, sem representantes e sem mediações. Essa ilusão da participação directa tem efeitos perversos, pois o clamor por uma “democracia directa” atinge indiferentemente os regimes autocráticos e ditatoriais e as democracias liberais. O curto circuito ocorrido na Bolívia mostra bem como se pode transitar imediatamente de um populismo bolivariano de esquerda para um populismo proto-religioso de direita.

O clamor dos povos é justo e bem-vindo; mas os riscos da sua manipulação continuam muito altos. Esta rebelião global tem um desígnio assente numa insatisfação genuína; mas os pressupostos que a potenciaram não garantem automaticamente um final feliz. As democracias directas, com um alegado poder das e nas ruas, não são democracias, onde impere o primado da pessoa e dos seus direitos.»

O que vale a pena sublinhar nesta análise é o efeito de contaminação gerado pelas redes sociais e de que modo o rasto político pode ter como rastilho a imitação, de uma tão

flagrante ambiguidade que, acentua-o José Manuel Fernandes, neste alegado poder das e nas ruas acaba por não se verificar a automática correspondência numa consciência democrática que seja marcada pelo primado da pessoa e dos seus direitos.

Daí que ao sentimento de uma reparação da justiça que nutre as revoltas não se siga uma operacionalidade benigna dos seus efeitos, como se atesta, por exemplo, no fracasso das sucessivas “primaveras árabes”.

É uma sombra se interpõe nesta tendência para a imitação que rege as dinâmicas sociais: as estruturas de poder também imitam os exemplos que chegam de fora. É mais simples implantar uma fórmula já testada do que procurar novas soluções que tenham em conta a realidade e as circunstâncias locais. Ao esforço que exige moldarmos ao concreto prefere-se a abstracção dos modelos, e a atracção de imitar.

Creemos que o panorama social e político das próximas décadas dependerá muito de como a China gerir o conflito em Hong-Kong. Se a resposta for uma vaga repressiva, aí as ondas de choque despertarão o autoritarismo em muitos outros lugares. Corre mundo neste momento uma fotografia de Jair Bolsonaro, num comício, em que com um sorriso alarve pega ao colo uma criança que está fardada como as milícias fascistas e que aponta para os céus uma pistola. Ninguém de boa-fé abraçaria esta incitação à violência - e fazendo-se uso de uma criança -, a não ser que seja um “irresponsável” manipulador à espera de uma oportunidade para exercer o seu poder discricionário.

Se a China enveredar pela via da ditadura, num efeito dominó, será imitada em demasiados lugares. Por isso, apesar de já não ser muito explícito o que reivindicam, a luta dos estudantes em Hong-Kong devia ser enquadrada por uma maior solidariedade internacional pois nesse tabuleiro joga-se o futuro do planeta.

SAVANA
INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE

Registado sob número 007/RRA/DNI/93
NUIIT: 400109001

Maputo-República de Moçambique

Propriedade da

mediacoop SA

KOK NAM
Director Emérito

Conselho de Administração:
Fernando B. de Lima (presidente)
e Naita Ussene

Direcção, Redacção e Administração:
AV. Amílcar Cabral nr.1049 cp 73

Telefones:
(+258)21301737,823171100,
843171100

Editor:
Fernando Gonçalves
editorsav@mediacoop.co.mz

Editor Executivo:
Francisco Carmona
(franciscocarmona@mediacoop.co.mz)

Redacção:
Raúl Senda, Arginaldo Nhampossa e
Armando Nhamumbo

Fotografia:
Naita Ussene (editor)
e Iléc Vilanculos

Colaboradores Permanentes:
Fernando Manuel, Fernando Lima,
António Cabrita, Carlos Serra,
Ivone Soares, Luís Guevane, João Mosca,

Paulo Mubalo (Desporto) e
Venâncio Calisto (Cultura).

Colaboradores:
André Catueira (Manica)
Aunício Silva (Nampula)
Eugénio Araújo (Inhambane)

Maquetização:
Auscência Machavane e
Hermenegildo Timana.

Revisão
E.P.

Publicidade
Benvinda Tamele (82 3171100)
(benvinda.tamele@mediacoop.co.mz)

Distribuição:
Miguel Bila

(824576190 / 840135281)
(miguel.bila@mediacoop.co.mz)
(incluindo via e-mail e PDF)

Fax: +258 21302402 (Redacção)
82 3051790 (Publicidade/Directo)

Delegação da Beira
Prédio Aruanga, nº 32 – 1º andar, A
Telefone: (+258) 82 / 843171100
savana@mediacoop.co.mz

Redacção
adm@mediacoop.co.mz
Administração
www.savana.co.mz

Pobreza ou acumulação primitiva em Cabo Delgado?

*"[...] a expropriação que despoja grande massa da população de sua própria terra e de seus meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e dificultosa expropriação das massas populares, tudo isso constitui a pré-história do capital."**

Por Milton Correia*

A pobreza é um factor que pode explicar a internalização da violência ao ser apropriada pelos grupos nacionais que acham que ela é o meio para manifestarem seu descontentamento na relação ao Estado. Do mesmo modo que há-de ser verdade que falhas na governação podem gerar pobreza

e marginalização económica e política da população. No caso do terror que se vive no nordeste de Cabo Delgado é problemático que, até ao momento, não tenha sido emitido um discurso directo ou indirecto contra o Estado, derivado da pobreza ou algum tipo de marginalização a si atribuído. São-nos reportadas pela imprensa e redes sociais análises que apontam a existência de um discurso segundo o qual o terror é contra práticas islâmicas classificadas como moderadas na área afectada, em particular, e no país, no geral. É problemático porque se pode perguntar se é mesmo necessário ocupar uma vila, assaltar uma esquadra ou comando da polícia, matar agentes de defesa e segurança

e decapitar dezenas de civis para manifestar descontentamento religioso contra uma parte da população de um país laico? Entretanto, análises de factores internos chamam atenção para certo descontentamento popular agravado pela percepção de que os mais importantes projectos de exploração mineira e de petróleo em curso no país reproduzem a situação de pobreza e marginalização de regiões como Cabo Delgado e outras onde estes se desenvolvem. Mas é preciso termos o devido cuidado na análise quando a crítica que se faz parece dar a entender que a pobreza seria a causa da violência armada contra o Estado e sua população. Porque percepções de pobreza e marginalização não

se verificam apenas em Cabo Delgado, mas em várias regiões do país, inclusive onde também se encontra concentração islâmica. Análises que apontam a condição económica como causa da violência dos chamados "insurgentes" (termo de difícil compreensão, dado que não está claro o objecto de sua insurgência contra o Estado) tem o mérito de des-islamizar a referida violência e nos chamar atenção para uma instrumentalização islâmica estratégica nos jogos de acumulação capitalista primitiva naquela região.

Outro aspecto a ter em atenção tanto sob o ponto de vista da história social, como do ponto de vista teórico é a tendência em naturalizar a relação entre a pobreza ou marginalização e a violência, quanto mais no caso se trata da violência armada. Considerando que a população do nordeste de Cabo Delgado não é a única que vive a situação de pobreza e marginalização económica no país, esta tendência analítica parece insinuar que a população islâmica afectada reage com violência extrema e brutal quando se sente marginalizada, o que não é verdade. A pobreza não é sinónimo de violência. Na generalidade dos casos ela é o produto da violência das estruturas de poder que impedem a mobilidade social das pessoas, quer política, económica, quer religiosa, cultural ou de outro tipo. Em hipótese, a violência vivida no nordeste de Cabo Delgado, em que a população é o alvo instrumental para fins capitalistas e geoestratégicos não claros, não visa a formação interna de uma autoridade respaldada por uma obediência e reconhecimento popular; o que, à partida, indicia a origem exógena da causa da violência, com a intenção estratégica de desestabilizar a região na forma de actos de terrorismo puro em que

ela mesma, a violência, é a única estratégia para ocupar território com fins de acumulação primitiva dos recursos capitalistas.

Por ocupar território refiro-me ao estabelecimento da violência extrema como posição de força a soldo de interesses capitalistas na região, numa situação política em que o Estado reconhece ter perdido monopólio de mando a favor de grupos terroristas internacionais com experiência em operar em regiões com potencial de extracção capitalista em Estados com fragilidade de segurança. O discurso fundamentalista islâmico é aplicado pelo histórico desse tipo de actuação terrorista em países de elevado potencial petrolífero do Golfo Pérsico, mas que acaba por ser conjecturado pelos dirigentes desses grupos como tendo possibilidades de obter adesão criminosa em Moçambique, em particular na região em causa. Nessa lógica, quanto mais actores com potenciais interesses capitalistas entram em jogo, mais lucrativo se torna a violência para os terroristas. Quer dizer que a estratégia de puro terror não depende de um discurso de pobreza ou marginalização atribuído ao Estado que opere como meio para obter reconhecimento político popular. Se ao que parece o discurso de pobreza não seja o caso para compreendermos a razão de tanta violência no nordeste de Cabo Delgado, talvez estudos comparados de economia do instrumentalismo islâmico ao nível global possam fornecer bases para visualizarmos os jogos de força capitalistas em curso nesta região do país.

*Historiador

* Marx, Karl. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 831.*

Os equívocos sobre o papel dos juízes no combate à corrupção

Por Rui Verde*

Em várias tomadas de posse de juízes ocorridas nos últimos tempos, os dignos magistrados, nos seus discursos, têm-se empenhado em afirmar-se como combatentes de primeira linha contra a corrupção. Ora, os juízes não têm de combater a corrupção, têm de não ser corruptos, e isto impõe uma diferença muito grande.

Um juiz não pode ser corrupto. Tal significa que não pode vender as suas decisões judiciais, não deve advogar secretamente, é imperativo que não tenha interesses em sociedades comerciais, nem explore fazendas agrícolas, nem faça favores a amigos. O juiz ou a juíza, tanto quanto é possível numa sociedade moderna, deve ser um referente de virtudes públicas morais: dignidade, espírito de serviço, imparcialidade, equilíbrio, reserva. Não tem de ser um candidato à santidade, mas sim inspirar respeito e consideração entre os seus pares.

Contudo, no exercício das suas funções como julgador, o juiz não tem de combater a corrupção. Tem de avaliar os factos que lhe são submetidos pela acusação e decidir com base neles. Quando julga, o juiz não é um combatente contra a corrupção, é um aplicador do Direito e da Justiça.

Em termos funcionais, o combate à corrupção começa por caber ao presidente da República, que lançou e muito bem esse desígnio, ao Executivo, às polícias, aos serviços de informação e ao Ministério Público. Feita uma investigação e produzida uma acusação, entra o juiz. Quando assoma à sala de audiências de um tribunal, o juiz não tem combates em mente, nem juízos preconcebidos. Leva a mente aberta para ouvir, ponderar e ajuizar sobre os factos que lhe são apresentados. Se no final estiver convicto de que a pessoa que lhe foi presente é corrupta, deve condená-la. Se tiver dúvidas ou acreditar que é inocente, deve absolvê-la. É importante sublinhar este ponto. Querendo-se que Angola seja uma sociedade livre e com progresso, deve-se fomentar uma magistratura judicial que seja independente e imparcial, e não um mero instrumento do poder executivo.

No Brasil, o caso do antigo presidente da República Lula da Silva demonstrou os perigos que as "cruzadas" judiciais comportam, desqualificando o papel dos juízes. Lula foi condenado a pena de prisão elevada em primeira instância, e confirmada em recurso, por actos de corrupção. No entanto, o juiz que o condenou em primeira instância, Sérgio Moro, tem visto publicadas várias mensagens digitais, aparentemente verdadeiras, em que assume um papel de combatente, orienta o Ministério Público nas suas diligências contra Lula, dá instruções, indica caminhos. Ora, é claro que este juiz interiorizou como sua prioridade o combate à corrupção. No entanto, ao fazê-lo, perdeu toda a imparcialidade e

neutralidade que um juiz deve ter. Quando entrou na sala de Moro, Lula já estava condenado, pois o juiz já tinha a sua convicção mais do que formada. A não ser que as mensagens sejam falsas ou estejam mal-interpretadas, o certo é que Lula, mesmo tendo praticado os factos de que é acusado, não teve um julgamento justo, e de culpado está a transformar-se, paulatinamente, em vítima. Quando entrou na prisão, o Brasil em geral condenava-o. Agora, na sua libertação, foi recebido como um herói.

É precisamente este falhanço que se deve evitar em Angola. Todo o esforço para combater a corrupção não deve ser destruído pela vitimização dos acusados. O governo, o Ministério Público e a polícia devem ter todo, mas todo, o empenho em perseguir aqueles que sejam suspeitos de corrupção e de crimes similares. A estrutura do Estado deve ser reorganizada para permitir um mais fácil e articulado combate à corrupção. Defendemos há algum tempo que deveria ser criado um gabinete, com poderes legais e processuais, composto por juristas, economistas, contabilistas e demais especialistas que tenha como foco único o combate à corrupção. A legislação deve ser aperfeiçoada, designadamente no sentido de permitir a delação premiada e os acordos judiciais, como se faz no Brasil e nos Estados Unidos. Não existe a mínima dúvida de que o Estado deve acelerar o seu combate contra a corrupção e dotar-se de instrumentos mais modernos e flexíveis. Todavia, depois de se construir um caso e de este ser entregue nas mãos do juiz, termina então o combate e entra a justiça. O juiz já não é parte do mecanismo de combate à corrupção, é parte essencial do mecanismo de aplicação de justiça, o que é bem diferente.

Quando houver condenações a pesadas penas de prisão dos corruptos em Angola, todos queremos sentir que são merecidas pelos factos praticados, e não são meras perseguições políticas de que os juízes sejam instrumento.

Todos nós temos ouvido alguns dos filhos do antigo presidente José Eduardo dos Santos a lamuriarem-se e a apresentarem-se como vítimas, falando de perseguições políticas. Podíamos perguntar onde estiveram estes rebentos da ditadura nos últimos 37 anos, mas é mais importante ter a certeza de que, se algum deles for condenado, o seja por efeito de uma decisão judicial imparcial, objectiva e equilibrada. Caso contrário, a legitimidade do combate à corrupção é sempre colocada em causa.

A existência de juízes imparciais é a melhor garantia de um sucesso estruturante do combate à corrupção e, por isso, é fundamental perceber o lugar de cada um no sistema.

*makaangola.org



Email: diariodeumsociologo@gmail.com
Portal: <https://oficinadesociologia.blogspot.com>

659

O que é sociologia?

Existem muitas definições de sociologia, é um debate nunca fechado.

Eu forneço a seguinte: sociologia é o estudo das lógicas não visíveis do funcionamento de uma sociedade, de como ela se constrói e se mantém produzindo e reproduzindo práticas e imaginários.

O que se vê é apenas um conjunto de indicadores (práticas, crenças, imaginário social). Mas esses indicadores são meros factos sociais. Os factos sociológicos obtêm-

se pela construção teórica. A construção teórica decompõe o magma de senso-comum e de mitos que permeiam os factos sociais.

O produto final da construção teórica é uma sociedade cujas lógicas de funcionamento nem sempre correspondem às lógicas quer da consciência imediata dos actores sociais em geral, quer da consciência interessada dos produtores oficiais de opinião. Por isso, nem sempre a construção sociológica agrada às lógicas de uns e de outros.

É para matar o jornalismo de vez?

Por Anselmo Crespo*

Há um novo desporto mundial. Ainda não integrou os jogos olímpicos, não se atribuem medalhas aos vencedores, mas é, provavelmente, o que mais praticantes tem vindo a acumular ao longo dos últimos anos. O tiro ao jornalismo é hoje a modalidade mais transversal das sociedades modernas. “Bater” nos jornalistas virou moda e é viral. Se escreveu isto é porque está a defender o fulano contra o beltrano. Se pensa assim é porque é de direita ou é de esquerda. Se foi publicado neste jornal é porque algum interesse está por detrás. Se passou naquela televisão é porque se trata de uma campanha. O que interessa é abrir trincheiras e combater, “disparar”, contra tudo e contra o seu contrário. Voluntária ou involuntariamente, esta “modalidade” é praticada por muita gente e, muitas vezes, pelos próprios jornalistas.

As novas formas de consumo de informação criaram - erradamente - nos cidadãos a percepção de que todos somos jornalistas. É como se de jornalista e de louco todos tivéssemos um pouco e não é pouco o que este processo está a contribuir para a destruição do jornalismo. As redes sociais há muito que deixaram de servir o propósito com que foram criadas: aproximar as pessoas e facilitar-lhes a comunicação. Elas são hoje um antro de notícias falsas, um palco para o discurso de ódio, um covil de cobardes e de gente mal resolvida que se agiganta numa caixa de comentários. Os jornalistas e os órgãos de comunicação

social transformaram-se numa espécie de bobos da corte, alvos fáceis que acabam por ficar a chafurdar nesta enorme pocilga, em troca do *engagement*, dos *likes*, das partilhas e dos comentários, quais pombos desesperados por um punhado de milho, na esperança de que o Facebook os beneficie com o seu algoritmo.

Esta dependência das empresas de comunicação social rima com sobrevivência. Como é que se cria valor a partir do jornalismo? Como é que se ganha dinheiro? A era digital em que vivemos prometia ser uma oportunidade única para reinventar um modelo de negócio - sim, o jornalismo tem de ser economicamente sustentável - claramente em declínio, mas, até agora, os factos desmentem claramente esse sonho.

É verdade que a digitalização dos media abriu novas montras ao jornalismo, aproximou-o ainda mais do público, deu-lhe uma conveniência que não existia antes e isso, em princípio, é bom. É claro que também surgiram novos desafios difíceis de ultrapassar: a velocidade a que a informação corre hoje em dia obriga as empresas de media - e, sobretudo, os jornalistas - a adaptarem-se para conseguirem responder à tal conveniência do público. As multiplataformas que surgem todos os dias obrigam a adaptações tecnológicas e a investimentos, para os quais a esmagadora maioria dos órgãos de comunicação social, claramente, não estavam preparados. Nem sensibilizados. Por falta de capital - a crise nos media já se arrasta há demasiados anos

- , mas sobretudo por falta de conhecimento e de visão estratégica.

Ser accionista ou gestor de uma empresa de comunicação social já não é apenas sinónimo de poder, implica perceber que a realidade mudou. Que as redacções já não precisam só de paginadores, mas precisam, cada vez mais, de web designers. Que já não basta ter meia dúzia de informáticos que nos formatam o PC quando ele apanha um vírus, mas que agora são precisos programadores, gestores de redes sociais e *data scientists*. Ser “patrão” de uma empresa onde o principal produto é o jornalismo implica compreender as novas dinâmicas, as novas formas de consumo. Não perceber isto - como muitas empresas de comunicação social em Portugal ainda não perceberam - é não perceber o presente. E o futuro, esse, chegará mais cedo do que imaginam.

Depois é preciso não esquecer o papel do poder político. Inebriado que está pelas novas plataformas de comunicação com o seu eleitorado, acha que encontrou uma forma de contornar as perguntas incómodas e de comunicar sem filtro. Criar regras? Para quê? Regular os gigantes tecnológicos que promovem e ganham dinheiro à custa da desinformação? Com que propósito? Sobretudo quando os exemplos que vêm dos Estados Unidos, do Brasil ou do Reino Unido são claramente inspiradores para os que tinham a obrigação constitucional de defender uma imprensa livre e economicamente sustentável.

Neste contexto, há um outro factor de que as empresas de media, o poder político, o público e, naturalmente, os próprios jornalistas não se podem esquecer: não há jornalismo sem verdadeiros jornalistas. E o jornalismo não se vende a granel, não legitima falsidades, não dá voz a interesses particulares, nem faz *fact checks* a não notícias. O jornalismo precisa dos mais novos, para quem os dedos só servem para fazer deslizar ecrãs e nunca souberam o que era “martelar” furiosamente as teclas de uma máquina de escrever, mas também dos mais “velhos” que transportam consigo a memória, a cultura e a sabedoria, essenciais para manter a massa crítica que é dos activos mais importantes em qualquer empresa.

No jornal, na rádio, na televisão, nos sites ou nas redes sociais, independentemente da plataforma, só há um jornalismo capaz de sobreviver: o que é independente, rigoroso, isento, justo, escrutinador e incómodo. Tudo o resto são achas para uma fogueira onde não é apenas o jornalismo que arde. É um dos pilares mais importantes da democracia.

Se é para matar de vez o jornalismo, pois que o assumamos todos. Porque o caminho que estamos a percorrer é dúbio, perigoso e está a criar uma sociedade cada vez mais desinformada e em guerrilha permanente. Eu continuo a acreditar que, um dia, todos nós vamos voltar a precisar do jornalismo para podermos acreditar em alguém, em alguma coisa. Pode até ser uma visão romântica. Mas um dia falamos sobre isso.

*dn.pt

SACO AZUL

Por Luís Guevane

É problema de credibilidade?

Parece haver pouco interesse em lutar para manter alguma dignidade, algum prestígio, por parte de instituições que a isso são obrigadas. Estas duas (dignidade e prestígio) são construídas em função do conteúdo produzido por um determinado “disco duro” que depois é remetido à defesa. Se a ordem é de chumbar o processo A, B ou C, certamente que a mesma será cumprida, culminando com umas palmadinhas nas costas acompanhadas de sorrisos amarelos reclamando recompensa. O que para uns é falta de prestígio, ausência gritante de dignidade, total descrédito desta ou daquela instituição, para outros é o contrário. Prega-se, por isso, que cada um defenda o poder que tem, à sua maneira, sob o risco de cair na oposição ou, o que é pior, nas malhas da justiça.

O processo de consolidação do Estado de Direito Democrático em

Moçambique cabe a várias instituições, mais particularmente ao Conselho Constitucional (CC) como órgão de soberania cuja competência é “administrar a justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional”. Ao gerar a percepção de uma actuação que fortemente reclama prestígio e dignidade o CC põe em causa o seu contributo na consolidação da democracia. Esta percepção deriva, por exemplo, da sua postura relativamente a irrecorribilidade e obrigatoriedade dos acórdãos, pois estes “são de cumprimento obrigatório para todos os cidadãos, instituições e demais pessoas jurídicas, não são passíveis de recurso e prevalecem sobre outras decisões”, incorrendo os infractores, em caso de incumprimento (dos acórdãos do CC), “no cometimento de crime de desobediência, se crime mais grave não couber”. É conhecida a decisão do Governo no sentido de pagamento da dívida da Ematum, mas também é público que o CC declarou-as nulas. As novidades

que Jean Boustani vai tirando cá para fora a partir do tribunal de Nova Iorque tem vindo a dar cada vez mais substância à nulidade da dívida da Ematum.

Se, por um lado, há quem defenda que as decisões do CC têm jurisdição apenas sobre o território moçambicano, por outro, em paralelo, há quem concorda com o pagamento das dívidas “soberanizadas” pela Assembleia da República (por força da ditadura de voto), como forma de “respeitar” os acordos internacionais para Moçambique granjear respeito no dito concerto das nações. A caminho do futuro as mais-valias vão arfando. Enquanto isso, Jean Boustani vai soltando mais “novidades” debaixo do olhar de águia do FBI. Foi provada a veracidade das conversas entre Jean Boustani e Armando Guebuza, ex-Presidente de Moçambique. Tratado como Papá pelo primeiro, resta apurar o nível de envolvimento do “visionário” que, como qualquer moçambicano, não está acima da Lei; e as autoridades moçambicanas sabem disso, conhecem o veredito popular.

Percebe-se, cada vez melhor, a insistência, na forma desesperada, para que o destino de M. Chang não seja os Estados Unidos da América. Teme-se que lhe seja administrado algum soro da verdade, tal como supostamente foi feito ao Jean Boustani, e que faça cair todo o prestígio e dignidade de papel que ainda sobra do patriotismo de conluio onde os endeusados podem estar acima da Lei.

Cá entre nós: não há maneira de o CC explicar publicamente o mérito da declaração de nulidade da dívida da Ematum e o sentido de irrecorribilidade e obrigatoriedade dos acórdãos? Ainda que a resposta a esta questão seja previsível, isso poderia até certo ponto melhorar a credibilidade do CC e até mesmo do próprio Governo. É que com Jean Boustani fica-se na dúvida: será que a poeira ao levantar-se, com está a acontecer, melhora a percepção do que se esconde?



Premier

SUPERSPAR



10% EM TUDO QUE
COMPRAR

+

ATÉ 60%

DE DESCONTO EM ARTIGOS SELECIONADOS

O Desconto não
abrange os artigos em
Promoção nesta panfleta
e na loja.

De 27 de Novembro a 04 de Dezembro de 2019

BLACK NOVEMBER

Você quer? Nós temos.

O DESCONTO ATÉ 60%, ABRANGE SOMENTE ARTIGOS SELECIONADOS COM O PREÇO BLACK NOVEMBER.

• TODOS PREÇOS INCLUEM IVA • ENQUANTO HOVER STOCK

Siga-nos | <https://www.facebook.com/premiersupersparmz> | <https://www.instagram.com/premiersupersparmz>

PREMIER SUPERSPAR-SEDE
Av. Acordos de Lusaka N°242, Maputo-Moçambique
Tel: (+258) 21 759 252/3
E-mail: atendimento@premiergrouplda.com

PREMIER SUPERSPAR-BAÍA MALL
Av. Marginal N°151, Bairro Triunfo, Maputo-Moçambique
Tel: (+258) 20 300 104/5

PREMIER SUPERSPAR-NOVARE MALL
ENNA(Av. Samora Machel N°14.007-5705), Matola-Moçambique
Tel: (+258) 20 300 106/7

Desportivo –Maxaquene, no centro das atenções do Moçambola

Duelo pela sobrevivência

Depois do interregno motivado pela participação dos Mambas nas qualificações para o CAN, o Moçambola, a maior festa futebolista do país, volta aos campos este fim de semana com partidas de alto risco, sobretudo, o dérbi entre os velhos vizinhos e eternos rivais, Desportivo de Maputo- Maxaquene. Os alvinegros estão na 9ª posição com 37 pontos e, em caso de vitória, garantirão a sua permanência na prova, enquanto que os tricolores, que ocupam a 14ª com 33 pontos, devem ganhar as duas partidas em falta para continuarem a acalantar esperanças de manutenção.



O Moçambola está ao turo

Na verdade, e como já fizemos referência, apesar de ter sido criada recentemente uma comissão de gestão, que entre outras coisas, vai abrir espaço para o regresso das empresas patrocinadoras do clube, nomeadamente, LAM e ADM; no capítulo meramente desportivo, os resultados do Maxaquene continuam aquém das expectativas, e prova disso é que, em duas jornadas consecutivas, somou igual número de derrotas. Uma, por duas bolas a três, diante da Liga Desportiva de Maputo, formação que luta pela manutenção, e outra, por 0-1, diante do Ferroviário de Nacala, que igualmente tem no seu horizonte a manutenção como meta.

Aliás, desde que a retro mencionada comissão foi criada, o Maxaquene apenas conseguiu uma vitória diante do Ferroviário da Beira, por uma bola a zero, na jornada passada.

Com quase 100 anos de existência, uma vez que foi fundado a 20 de Maio de 1920, o clube nunca esteve tão próximo da despromoção como neste ano, numa altura em que a Liga Moçambicana de Futebol, entidade que gere o Moçambola, já veio a terriro explicar que, a decisão tomada em assembleia geral sobre o número de equipas que serão despromovidas (5) é simplesmente irreversível.

Na verdade, a situação do Maxaquene é simplesmente preocupante e vários sectores ligados ao clube, entre adeptos, simpatizantes e massa associativa, estão incrédulos.

É que mesmo ganhando o dérbi diante do Desportivo de Maputo, o Maxaquene não terá a situação esclarecida, uma vez que à frente de si estão duas equipas, nomeadamente, o Desportivo de Nacala e o Clube de Chibuto.

O que equivale dizer que quaisquer que forem os resultados do Maxaquene, esses devem ser equacionados em função dos resultados não só destas equipas, mas também do Ferroviário de Nacala (38 pontos), Liga (37), ENH (37), Incomati (36) e Ferroviário de Nampula (35). Mas antes das contas finais importa dizer que o Maxaquene vai terminar a odisseia defrontando o Ferroviário de Maputo, uma equipa que claramente não vai facilitar.

Mas quem também precisa de vencer é o Desportivo por forma a continuar no Moçambola do próximo ano.

Um outro desafio entre aflitos é o que colocará em campo as equipas do Desportivo de Nacala e Clube de Chibuto, pois ambas estão proibidas de perder, sob risco de dizerem adeus ao

Moçambola do próximo ano. Os donos da casa, apesar de serem a um ponto do adversário, reúnem alguma dose de favoritismo pelo facto de jogarem em casa, mas os guerreiros de Gaza tudo farão para saírem vitoriosos, de modo a sonharem ainda com a manutenção. Espera-se, por tudo isso, uma partida bastante renhida.

Outra partida que promete muita espectacularidade é aquela que será dirimido entre as formações do Incomati e Ferroviário de Nacala.

Os locomotivas estão na 7ª posição com 38 pontos e em caso de vitória garantem praticamente a manutenção, enquanto que os açucareiros, que ocupam a 10ª posição com 36, mesmo saindo vitoriosos nesse confronto não terão a situação totalmente resolvida.

Ainda na luta pela sobrevivência, a ENH, que está na 8ª posição defronta o Ferroviário de Nampula, 11º classificado. Na verdade, esperam-se dificuldades acrescidas para a equipa visitante, até porque os últimos resultados mostram uma ENH que raramente perde em casa. Mas também a turma locomotiva está a fazer uma recuperação espectacular, principalmente nesta etapa derradeira da prova, pelo que é de esperar um jogo de muita intensidade.

Na Beira, o Ferroviário daquela parcela do país já com a manutenção garantida recebe a Liga Desportiva, que está na 8ª posição, com 37 pontos. Os locomotivas que também estão fora da Taça de Moçambique jogam pelo prestígio uma vez que há muito tempo que atiraram a toalha ao chão no que à luta pela

conquista do Moçambola diz respeito.

Em contrapartida a turma visitante precisa dos três pontos em disputa por forma a continuar a sonhar com a tão almejada manutenção. Ou seja, trata-se de um desafio em que a Liga é obrigada a ganhar, pelo que certamente jogará abertamente ao ataque.

E se todas as partidas revestem-se de alguma importância, o mesmo não se pode dizer do confronto que colocará em campo as equipas do Ferroviário de Maputo e Baía de Pemba, por razões óbvias.

Os locomotivas da capital perderam a luta pelo título e neste momento viraram as atenções para a Taça de Moçambique, enquanto que a turma de Cabo Delgado está irremediavelmente afastada do Moçambola do próximo ano, uma vez que ocupa a 15ª posição com 25 pontos.

Mas o mesmo não se pode dizer do desafio Costa do Sol- Têxtil do Púnguè, uma vez que se é um facto inegável que os fabris da Manga estão de volta à segunda divisão, os canarinhos continuam embalados rumo à conquista do Moçambola, pelo que com ou sem dificuldades sairão vitoriosos. Finalmente, a UDS, que de parceria com o Costa do Sol luta pela conquista do título, defronta o Textáfrica, 6º classificado, com 39 pontos. É um jogo em que os anfitriões são obrigados a vencer sob risco de ficarem cada vez mais distante do líder Costa do Sol. Mas os fabris também querem garantir a manutenção o quanto antes, pelo que se perspectiva um jogo emotivo.

Artimanhas de Nguenha?

Naquilo que é considerado por alguns analistas desportivos e não só, como uma verdadeira aberração, Alcido Nguenha, actual presidente da mesa de assembleia-geral da Federação Moçambicana de Futebol (FMF), redigiu e mandou publicar um regulamento eleitoral controverso, o qual visa, claramente, afastar potenciais candidatos à presidência daquele organismo.

O documento diz, logo

no primeiro capítulo referente às candidaturas, que o processo deve fazer-se acompanhar de carta da associação ou associações responsáveis pela candidatura, assinada pelo presidente da mesa da assembleia geral ou vice-presidente da associação; declaração de cada componente da lista expressando a sua vontade de fazer parte da mesma; certificado de registo criminal de cada componente da lista, certificado do nível académico para os postos que exijam determinados graus (presidente e vice-presidentes dos conselhos jurisdicional e disciplinar e presidente e vice-presidente do conselho fiscal)

Estes documentos são os que foram exigidos nas ocasiões anteriores, mas para o caso específico das eleições de 14 de Dezembro, o presidente da mesa da assembleia geral introduziu um ponto polémico e que constitui o pomo da discórdia: a exigência de o candidato à presidência da Federação Moçambicana de Futebol apresentar um documento comprovativo da renúncia e cessação das funções no organismo desportivo ou clube que pertence ou dirige.

O que equivale dizer à priori que candidatos como Aberto Simango Júnior, presidente da Federação Moçambicana de Futebol e Amílcar Jussub, presidente da

Associação de Futebol da Cidade de Maputo só poderiam se candidatar caso renunciassem os cargos que ocupam.

Para já, as eleições na Associação de Futebol da Cidade de Maputo para a sucessão de Amílcar Jussub estão agendadas para o próximo dia 20 de Dezembro.

Entretanto, o BR nr. 15, de 17 de Abril de 2009, que fala sobre o funcionamento da FMF nunca faz menção à obrigatoriedade de o candidato que ocupa algum cargo num clube renunciar a este.

ÚNICO CRÉDITO PESSOAL

TER CRÉDITO PARA PODER ESCOLHER O MELHOR PARA A NOSSA VIDA MUDA TUDO.

Há momentos da vida em que temos que decidir pelo melhor. Fazer a viagem com que sonhamos, tirar um curso para começar um projecto, começar uma vida a dois e investir na educação dos filhos, ou mesmo realizar aquele sonho mais pessoal, quem é único merece sempre o melhor. E com o Crédito Pessoal Único poder escolher o melhor muda tudo.

**CONTE-NOS O SEU SONHO E
ESCOLHA CONNOSCO O CRÉDITO
PESSOAL MELHOR PARA SI.**

Para mais detalhes informe-se em:

www.bancounico.co.mz

Membro do Grupo  NEDBANK

ÚNICO
Ser único muda tudo.

Prazo: 60 Meses | Taxa de Juro (TAE): PLR SF¹ + Spread de 8.50% **Simulação Prática** - Valor de Financiamento: MZN 1.500.000,00 | Prestação Mensal: MZN 45.624,00 | TAEG²: 30.80% | Prazo da Campanha: de 01 de Outubro de 2019 à 31 de Dezembro de 2019 (3 Meses) | Comissão de Organização de Processo: 1.25% | Comissão de Processamento de Prestação: 0.10% (máximo de MZN 60.00) | Comissão de Gestão de Prestação por ano sobre o saldo em dívida no início do ano: 0.25% | Liquidação Antecipada Parcial: 5.00% | Liquidação Antecipada Total: 3.00%

¹Prime Landing Rate do Sistema Financeiro referente ao mês de Setembro ²Taxa Anual de Encargos Global

GRANDE ABERTURA

CULTURA E OUTROS PRAZERES

MINERVA

&

CONTINENTAL

28 DE NOVEMBRO | 18 HORAS

minerva
somos cultura

CULTURA E OUTROS PRAZERES
MINERVA
&
CONTINENTAL

AGENDA



CONVERSAS & LEITURAS

3 DEZ. | 18H00

A LEITURA E A FICÇÃO PODEM MUDAR O MUNDO?

• MBATE PEDRO
• LICÍNIO AZEVEDO
JESSEMUSSE CACINDA (MODERADOR)

LANÇAMENTO DE LIVRO

4 DEZ. | 11H00

SALPICOS DE ÁGUAS E SÓIS - MEU EU POÉTICO

• IVONE SOARES

ABERTURA DA FEIRA

28 NOV. | 18H00

ABERTURA DA 83ª FEIRA DO LIVRO DA MINERVA

LANÇAMENTO DE LIVRO

30 NOV. | 11H00

CONSTITUIÇÃO PARA A PEQUENADA

• TEODORO A. WATY

TEATRO

5 DEZ. | 11H00

LEITURA ENCENADA DE POESIA DE EDUARDO WHITE

minerva | BEIRA

CONVERSAS & LEITURAS

29 NOV. | 18H00

ENCONTRO COM OS AUTORES

• DIOGO VAZ • ADRIANO JR.
• STÉLIO FILIPE • DANY WAMBIRE

minerva | BEIRA

ACTIVIDADES PARA INFÂNCIA

30 NOV. | 9-11H00

LEITURA, CONTO DE HISTÓRIAS E MÚSICA

EXPOSIÇÃO

5 DEZ. | 11H00

EXPOSIÇÃO DE ESCULTURA

• SÉRGIO SIMIONE

CONVERSAS & LEITURAS

6 DEZ. | 18H00

CONVERSA SOBRE "UNIVERSO DE UM GRÃO DE AREIA" COM MIA COUTO

• MIA COUTO

minerva | BEIRA

CONVERSAS & LEITURAS

6 DEZ. | 18H00

MARTINS MAPERA E CRISTÓVÃO SANETA

APRESENTAÇÃO DE LIVRO

7 DEZ. | 11H00

"O COMBOIO QUE ANDAVA DE CHINELOS"

• PEDRO PEREIRA LOPES

minerva | BEIRA

CONVERSAS & LEITURAS

7 DEZ. | 14H00

ENCONTRO CLUBE DO LIVRO

LANÇAMENTO DE LIVRO

10 DEZ. | 17H30

OLHÃO À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

• SIMEÃO CUAMBA

CONVERSAS & LEITURAS

11 DEZ. | 18H00

SMART GENERATION: QUE GERAÇÃO É ESTA?

• ELIANA NZUALO (ESCRITORA/BLOGUER)
• FÁTIMA MIMBIRE (ACTIVISTA SOCIAL)
• PEDRO PEREIRA LOPES (ESCRITOR)

LANÇAMENTO DE LIVRO

12 DEZ. | 17H30

A AMARRADA CHUVA DE KAMUTXUKHÊTI

• TEODORO A. WATY

OFICINA CRIATIVA

13 DEZ. | 11H00

LIVROS DE CARTÃO

• PLÍNIO & CRIANÇAS

ENCERRAMENTO DA FEIRA DO LIVRO - VÁRIOS EVENTOS

15 DEZ. | 9 - 12H00

SARAU DE POESIA; PINTURA E EDUCAÇÃO FINANCEIRA; MÚSICA - BANDA DA RÁDIO MOÇAMBIQUE; CONTADOR DE HISTÓRIAS; MÚSICA - BANDA MILA'O

PARCEIROS



Estrada Khongolote – Boquisso sem conclusão

Mais uma incursão de empreiteiros desonestos?

No cumprimento do plano de estabelecimento de ligações entre bairros, o então Conselho Municipal da Cidade da Matola, actual Conselho Autárquico da Matola, lançou, em Fevereiro de 2018, cinco concursos públicos para a reabilitação de igual número de rodovias daquela urbe.

Em meados de Maio de 2018, o município da Matola anunciou os vencedores dos concursos e a empreiteira JRC Construções e Obras Públicas S.A. coube a missão de asfaltagem de duas vias. Trata-se do concurso número 04/CMCM/UGEA/2018 que consistiu na asfaltagem da estrada Khongolote/Boquisso num troço de oito quilómetros e que estava avaliada em 75 milhões de meticais. O outro concurso visava a asfaltagem da rua Vale de Infulene num troço de três quilómetros cuja obra



A desonestidade de alguns empreiteiros está a comprometer os planos de melhoria das vias de acesso

está avaliada em 36.3 milhões de meticais.

Em Junho do mesmo ano, o município da Matola, na qualidade de dono da obra, rubricou o contrato com a empreiteira para o início da execução da empreitada. Sucede que o empreiteiro em alusão foi contratado para fazer oito quilómetros de estrada, mas

no fim asfaltou 4.4 quilómetros e exigiu o pagamento do valor total da obra. Para não concluir a empreitada com o valor acordado no contrato inicial, o empreiteiro apresentou vários argumentos e condicionou a finalização da empreitada mediante o acréscimo do valor inicial, na ordem de 25%. Contudo, as manobras do

empreiteiro foram desvendadas pelo fiscal que alertou o dono da obra que de imediato cancelou o pagamento. Devido as falhas do empreiteiro, as obras da estrada que devia garantir a ligação entre os bairros de Khongolote e Boquisso encravaram numa das rotundas da estrada circular de Maputo, mais concretamente na secção Zimpeto/Tchumene, mantendo o martírio da população dos bairros Intaka 2, Muhalaze e Boquisso, sobretudo neste período chuvoso.

Para se inteirar dos contornos destas manobras, o SAVANA contactou Arlindo Mapande, responsável pela fiscalização da obra, mas este se negou a pronunciar e aconselhou a contactar o município da Matola. Por sua vez, o município da Matola, na figura do Vereador das Infra-estruturas Municipais, Firmino Guambe, disse que ainda era prematuro abordar o assunto visto que as partes ainda estão em diálogo com vista a encontrar saídas benéficas para todos envolvidos.

Guambe explicou que o diferendo não se subscreve nos termos apresentados pela nossa reportagem, mas de outras razões que neste momento não seria oportuno exterioriza-las.

Nesta quarta-feira, o SAVANA contactou Marisa Repolho, directora-geral da empreiteira, que também recusou entrar em detalhes alegando que o assunto não é do interesse dos jornais, mas das partes. Perante a nossa insistência, Repolho referiu que no país há muitos acontecimentos do interesse jornalístico e que o jornal devia reportar e de imediato cortou a ligação.

Recordar que, em meados de 2016, a empreiteira JRC – Construções e Obras Públicas envolveu-se num escândalo de falsificação de documentos e processos individuais do seu pessoal técnico para concorrer nas obras de reabilitação de 43,5 quilómetros de estradas de terra batida no Regadio do Baixo Limpopo. Financiado pelo

Banco Mundial, o projecto estava avaliado em mais de 10 milhões de dólares americanos.

Na altura, a empreiteira venceu o concurso, mas antes de iniciar as obras descobriu-se que havia irregularidades decorrentes da viciação do processo de candidatura e de imediato, a construtora foi desqualificada.

Em 2012, a mesma empresa foi adjudicada as obras de construção da estrada que liga o cruzamento de Nkobe a estrada circular de Maputo, passando pelo bairro de Matola Gare, no município da Matola.

A obra em alusão custou a delegação da Administração Nacional de Estradas da província de Maputo cerca de 47 milhões de meticais. Para além de não ter sido concluída, um ano depois a estrada ficou completamente degradada e a mesma empresa foi chamada para refazer a via, tendo para tal, obrigado o Estado a desembolsar mais 40 milhões de meticais.

Um ano depois do prazo do término das obras, para além de não ter sido concluída, a via apresenta-se degradada.

Neste momento, um empreiteiro de nome Canalizadora está a intervir na mesma via. Trata-se duma empreitada que custa ao Estado cerca de 2.3 milhões de meticais.

Há duas semanas o Fundo de Desenvolvimento Agrário lançou um concurso para obras de reabilitação e manutenção dum sistema de regadio no distrito de Boane, cuja infraestrutura fora erguida em 2017 pela empreiteira JRC Construções e Obras Públicas S.A por mais de 60 milhões de meticais, mas que volvido pouco menos de três anos apresenta-se em elevado estado de degradação, que, aliás, os próprios documentos de concurso elaborados pela firma de consultoria em construção civil denominada Técnica Consultores, fazem questão de sublinhar que o empreiteiro não usou materiais e técnicas recomendadas para este tipo de empreitada.

(RS)



Ensino Pré, Primário e Secundário

- Curriculum Nacional (SNE), complementado com outras áreas educativas – Inglês, Informática, Xadrez, Jogos de Mesa, Música e Dança;
- Metodologia global e diferenciada;
- Idade de acesso à 1ª Classe, conforme nova orientação do MINEDH.

Inscrições Abertas
Ano Lectivo 2020

e-mail: secretaria@institutonilia.edu.mz

Telef: 21 495843

Cell: 82/87 3037946

Fax: 21 495842

Unidade EP1: Av. Kim Il Sung, 1037
Unidade EP2 e ESG: Av. Armando Tivane, 1581
Maputo

VENDE-SE

Uma propriedade (15 x 30), com casa tipo 3, uma suíte e vedação, estrategicamente localizada, zona do Mercado Boquisso - Município da Matola.



Valor a negociar, sem intermediário
Contacte-nos +258 82 0755690 / 84 4629155



NO INFORMAL

Pedro Madruga (Texto)

Naita Ussene (Fotos)



Naíta Blues!

“A beleza salvará o mundo”, escreveu o grande Dostoiévsky, admirável escritor. Entretanto, reparo que o meu amigo russo do século XIX esqueceu-se de escrever Naíta Ussene salvará a beleza dos moçambicanos e do mundo. Ninguém, por estes dias reserva tempo para meditar, pensar, na oficina, no esmero abnegado com que Naíta, há quarenta anos, socorrendo-se dos artifícios mágicos da luz e sombra compõe os diversos eventos e personagens da nossa história recente. Todos estão preocupados com os grandes assuntos, a grande farra, o que vai «bicicletar-lhes» a vida. Naíta é assunto de poetas e jornalistas como ele. Por isso é que sou amigo dele e não o contrário.

O olhar incrédulo de Omar Mithá. Não sabemos se ele está a fazer as contas, tanto que já andou na banca, ou a recordar-se do tempo em que era vice-ministro num pelouro liderado por Max Tonela que revela-nos um olhar menos apaixonado, talvez a transmitir a Mithá «não tenho nada a ver com aquela dança das cadeiras, mano».

«O amor de Cristo nos uniu, irmãos». Prega o envagelho José Guerra, em comunhão com os irmão desta Pátria Salimo Valá e o «Sheik» Yok Chan. Amém - sobrou o remate.

O seguro morreu de velho, diz o adágio popular. Não é a brincar que o Prof. Doutor Narciso Matos captou o sorriso de Joaquim Langa da Emose, assegurando também o título de eterno reitor. Quem duvida visite o CV do homem.

A união torna-nos fortes, resilientes! Testemunhamos isso na imagem onde convergem Eduardo Mondlane Jr, Faruk Remane, Valge Tuabo. Eduardo Mondlane Jr. parece dizer, com a cumplicidade dos olhares e ouvidos atentíssimos: «fifth fifth»! And not a word... disse o poeta, há séculos.

«Um papo industrial rolou num evento da capital». Oiço jovens a comentar pelos corredores. E não podemos negar, pois a luz de Naíta Ussene é indesmentível. Que o digam Arsénio Mabote e Gregório Paulino, o homem dos carbonetos.

Naíta Ussene confiou-nos, a mim e aos leitores, a difícil missão de vestirmos com palavras os acordes deste blues que só ele sabe tocar e cantar.





IMAGEM DA SEMANA

Foto Naita Ussene



Passam hoje 19 anos sem Carlos Cardoso

Sociedade civil:

A descentralização ainda é uma ilusão

Por Arginaldo Nhampossa

Para as organizações da sociedade civil, não restam dúvidas de que o novo pacote de descentralização, aprovado no ano passado pela Assembleia da República restringe o espaço de participação do cidadão no processo governativo, facto que pode deitar abaixo os ganhos esperados.

Diante desta situação, a docente universitária Sónia Chone recomenda o auto-fortalecimento da sociedade civil e proactividade visando inserir-se nas agendas de responsabilidade social do governo. Chone falava, esta terça-feira, numa conferência sobre responsabilização social que decorreu sob lema “o caminho para uma mudança transformadora e democrática em Moçambique”.

Para Adriano Nuvunga, director executivo do Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), o processo moçambicano de democratização foi construído para ser de confrontação entre as elites da Frelimo e da Renamo.

No entanto, Chone entende que, nos últimos 10 anos, a dinâmica nacional e as relações de poder entre o Estado e cidadãos foram marcadas por mudanças em diversos sectores, que permitiram ao cidadão testemunhar, a nível de alguns distritos, uma gestão disciplinada dos recursos, redução de casos de pequena corrupção, funcionamento activo dos comités e conselhos formais participativos.

Ao nível municipal, acrescenta, notou-se com satisfação a participação dos cidadãos nas sessões das assembleias municipais, pese embora não tenham direito à palavra, conseguem fazer a advocacia em torno das questões mais candentes para a população local.

Sónia Chone, docente universitária, afecta ao Departamento de Administração Pública e Ciência Política da Universidade Eduardo Mondlane, classificou o novo modelo de descentralização como dual, por ser uma espécie de compensação, que descentraliza de um lado, mas reforma o controlo doutro, com a criação da figura de secretário de Estado.

Anota que isto revela falta de confiança no governo autónomo provincial eleito, critica o excesso de legislação nas costas do governo descentralizado, que facilita o cometimento de falhas, que podem ditar a fiscalização por parte do PR ou das assembleias provinciais rumo a destituição do executivo local.

Empoderamento democrático
Para a académica, a revisão da CRM em 2018 enfoca sobretudo nos objectivos da descentralização como espaço da promoção da participação do cidadão nos problemas locais, actuação em estreita colaboração com as organizações, participação do desenvolvimento e aprofundamento da democracia.

Ao ler a lei mãe, diz que na realidade não existem mecanismos de participação do cidadão nas assembleias provinciais ou distritais, em 2024,

por estarem reservadas aos partidos políticos e grupos de cidadãos que tomarem parte do pleito eleitoral.

É seu entender que este modelo de descentralização restringe o espaço de participação do cidadão. Mas avança que, na hora do debate do modelo da descentralização, há pouca crítica, porque ela vem como uma solução da guerra, ou seja, estase perante um bem comum, que é paz.

Mas Nuvunga entende que a intimidação, impunidade que se verifica é para dizer que os cidadãos não podem falar mantendo fechado o espaço democrático.

Segundo Nuvunga, a responsabilidade social não permitiu o empoderamento dos cidadãos para ganharem a responsabilidade política e de participarem nas eleições tomando como caso os níveis de abstenção.

O processo de descentralização em Moçambique desde 1990, de acordo Sónia Chone, teve sempre como fundamento o alargamento do espaço para a participação do cidadão, mas vai se notando uma tendência de fechamento desse espaço, contrariando o verdadeiro sentido da democracia.

Assim, Nuvunga desafia a sociedade civil a assegurar que haja um maior empoderamento democrático para que os apetites autoritários e fechamentos democráticos não tenham lugar.

À HORA DO FECHO

Diz-se... Diz-se



- Com o cachimbo em chamas lá para as bandas da terra do tio Sam, cá na Pérola do Índico foi activado o gabinete contra-informação para produzir narrativas a favor do ex-timoneiro, apresentando-o como limpo e anti-subornos no escândalo das dívidas ocultas. As encomendas são tantas que a máquina está a carburar a todo vapor, desde os Alpes suíços até à cosmopolita Maputo.
- Com a narrativa Boustani a partir de Brooklyn, quem agora lhe deve enviar umas ofertas são mesmos os nostálgicos do lobby das “dívidas ocultas”, a começar pelas brigadas endinheiradas em domicílio temporário pelas bandas do Língamo e da Kim Il Sung. O “boy” zurziu o que pode na nova administração pós 2015...
- Em Brooklyn causou perplexidade a forma como certas visitas de Estado eram preparadas no outro mandato. A Prinvest não tomava apenas conta das empresas do projecto da ZEE, mas também das visitas do cachimbo para os Emiratos, para a Alemanha e a França. Os libaneses estavam podendo...
- A sala de sessões no 6o. andar do Tribunal Distrital de Brooklyn tem estado bem cheia com a última personagem no banco dos testemunhos. Entre os vários escrevinhadores atentos lá descobrimos a antena de madame BB e os representantes da Kroll. Talvez comparando dados para futuras auditorias...
- As eleições marcadas para 14 de Dezembro, na federação dos pontapés na bola, parece que vão aquecer. São quatro candidatos, um dos quais, conhecedor das artimanhas pelas traseiras para se chegar ao poder, quer regressar ao poleiro. Mas quem não dorme é o actual titular, que duas semanas antes das eleições, quer trazer a Moçambique o presidente do órgão máximo mundial, tal como a frel tentou com o Papa em plena campanha eleitoral. Cada um joga com as armas que tem.
- Mas de duas dezenas de jovens estão a definir numa das marmoras da província onde os mortos ressuscitam para votar. São acusados de falsificação de documentos (credenciais para observar eleições), mas a verdadeira causa é por terem ousado exercer a cidadania a favor de um partido da oposição. Mas, o mais ensurdecedor, é o silêncio incompreensível de activistas dos direitos humanos e das liberdades, que, num outro campo, suscitaria uma enorme corrente de solidariedade. Por cá nenhum advogado aceita uma missão “pro bono” e os jovens estão tramados nas mãos das vitórias esmagadoras, retumbantes e asfixiantes...
- Confusão anda lá para as bandas de Cabo Delgado. Há indicações de crescentes tensões entre os mercenários do Grupo Wagner, ligados a Putin, e as forças moçambicanas, alegadamente após uma série de fracassadas operações militares. Quem está à espreita e a querer tirar dividendos com a alegada confusão são os mercenários sul-africanos, que serviram o apartheid. Eles aqui tão perto...
- Nas redes sociais, o debate é grande por causa de um agente da polícia de trânsito que, na quinta-feira da semana passada, desafiou o mau tempo para controlar a circulação rodoviária numa das principais intersecções da cidade de Maputo. O que não se questiona é como é que o pobre do agente estava ali sem os meios que lhe protegessem da chuva.
- Já que estamos a falar de polícias, e se perguntar não ofende, onde foi lançado o concurso público para a nova farda azul? O que aconteceu com as enormes quantidades da farda antiga, a famosa cinzentinha, que estavam nos armazéns?

Em voz baixa

- Com a torrente de nomes e empresas que todos os dias são disparados a partir de Brooklyn, pode-se imaginar a quantidade de corações apertados e inquietos em Maputo. Advogados e imobiliárias são os mais visados...

45G

Curte a Rede 4.5G com o Alcatel 1



Alcatel 1
2,899MT

Grátis
1GB

Compra já o teu

O futuro é tudobom.

Vamos?





Gapi defende modernização da agricultura

Moçambique tem o desafio de modernizar a agricultura, para garantir a segurança alimentar e um desenvolvimento mais inclusivo e a Gapi assumiu este desafio como uma prioridade nos programas que realiza”, considerou Adolfo Muholove, Presidente da Comissão Executiva (PCE) da Gapi, à margem do concurso ao prémio de Melhor Agre empreendedor do Ano, do Future Agro Challenge (FAC) 2019.

O grande vencedor do prémio foi Mathária Empreendimentos, uma empresa sediada na província de Nampula e que se dedica à produção e processamento da moringa oleífera. Na fase inicial de lançamento comercial, esta empresa foi financiada pela Gapi, no âmbito do Fundo para Iniciativas de Desenvolvimento Prosavana.

No acto da entrega do prémio, o Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, Higino Marule, disse ser com “inovação, trabalho duro e perseverança que se consegue alcançar o objectivo da

fome zero”.

Por seu turno, Alexandre Santos, representante da Mathária Empreendimentos, disse que “este prémio reflecte a nossa perseverança, não só no trabalho que temos vindo a desenvolver, como na participação neste concurso. Com este prémio, temos a oportunidade de alargarmos os nossos horizontes em busca de melhores parcerias, tecnologia e, quiçá, novos mercados”.

Muholove realçou ainda que a sua instituição está empenhada na promoção do surgimento de uma nova geração empresarial, através de programas que estimulam a modernização e inovação em sectores estratégicos como o do Agronegócio.

Uma das iniciativas que a Gapi tem vindo a apoiar, nos últimos quatro anos, é o FAC - Programa de aceleração, promoção e ligações de cadeias de valor do agronegócio, promovido em parceria com a Mozambique Innovation Lab.

Nesta 4ª edição, o concurso foi muito mais abrangente, não apenas em termos de identificação



e selecção das candidaturas por todas as províncias do país, mas principalmente pela preparação técnica dos concorrentes, através de acções formativas levadas a cabo nas três regiões (norte, centro e sul) juntando cerca de 200 empresas ligadas à área do Agronegócio.

A Gapi esteve envolvida em todas as fases deste processo, tendo acolhido na sua sede a última acção

de formação. Nessa ocasião, Aurora Psico, da Direcção Executiva da Gapi, reafirmou o compromisso desta instituição financeira de apoiar eventos desta natureza, tendo deixado aos participantes o apelo para que “não desistam. É preciso que sejam determinados, persistentes e disciplinados. Isso é a chave do sucesso”.

O vencedor desta edição vai

beneficiar de apoio e assistência técnica para os seus negócios e uma passagem para o concurso mundial que vai decorrer na Grécia, em Setembro de 2020. De recordar que, desde a primeira edição, os vencedores têm tido a oportunidade de concorrer a nível internacional. Antes da Grécia, África do Sul e Turquia acolheram eventos similares.

BancABC distinguido

Depois de ter sido nomeado Melhor no Combate ao Branqueamento de Capitais em Moçambique em Agosto 2019, na cerimónia de premiação da ACCPA, o BancABC foi nomeado em Novembro corrente, Melhor Banco a nível de Compliance em África pela ACCPA em uma lista das 100 principais Marcas Bancárias de África. A nomeação foi feita pela Associação de Profissionais Certificados de Compliance em África (ACCPA).

“Esta nomeação vem brindar o BancABC e os seus trabalhadores mostrando que os esforços em seguir as recomendações regulamentares (Nacionais e Internacionais) são notados e reconhecidos”, precisou Tawanda Munaiwa, Administrador Delegado do BancABC, um banco

que começou a operar em Moçambique em 2000. É uma subsidiária do Grupo Atlas Mara, um grupo de serviços bancários e financeiros com sede em Dubai.

Segundo Munaiwa, a nomeação de Melhor Banco a nível de Compliance em África mostra, igualmente, o comprometimento do BancABC em melhor servir os seus clientes na sua oferta de produtos e serviços em conformidade com todas as regras do sistema financeiro, Nacional e Internacional.

“Este é o resultado de um trabalho minucioso feito em equipa. Estar em conformidade com leis e regulamentos não é um simples exercício, mas o custo do não cumprimento dos mesmos é muito mais elevado”, disse, por seu turno, Miguel-Ângelo Almeida, Director de Compliance.

Selagem de cervejas: “desnecessária e inoportuna”

A Associação dos Produtores e Importadores de Bebidas Alcoólicas (APIBA) defende que não há condições para implementação, no curto e médios prazos, da selagem de cervejas, devido a impraticabilidade da mesma para este sector e a um conjunto de irregularidades que ainda caracterizam a segunda fase do processo, nomeadamente a selagem de bebidas espirituosas e vinhos.

A APIBA identificou como principais constrangimentos da segunda fase, a crescente abundância de garrafas sem selo; aumento dos níveis de contrabando (segundo os estudos da Euromonitor International e

da International Wine and Spirits Report – IWSR está na ordem de 73%); uso de selos domésticos (castanhos) em garrafas importadas e de selos importados (azuis) nos produtos domésticos e a consequente diferença de preços entre o sector informal e formal que chega a ultrapassar 100% e prova a fuga aos impostos.

“Acresce-se a estas distorções de mercado, a vulnerabilidade das linhas de fronteiras e portos, o registo de empresas cuja actividade não se relaciona com a produção ou importação/exportação de álcool e legislação desajustada”, sublinha a APIBA em comunicado.

Segundo a APIBA, estas irregularidades conduziram a criação de um plano de acção, de que a associação é subscritora,

juntamente com a Autoridade Tributária de Moçambique, Direcção-Geral das Alfândegas, OPSEC, Inspecção Nacional de Actividades Económicas, Polícia Municipal da Cidade de Maputo e Polícia da República de Moçambique,

“A APIBA mantém total abertura para discussão e procura de soluções viáveis e sustentáveis para garantir o devido controlo do mercado e estancamento do comércio ilícito, mas é da opinião que a selagem de cervejas afigura-se absolutamente desnecessária e inoportuna, entre outras razões, pelos desafios ainda por ultrapassar relativamente a selagem de espirituosas e vinhos presentemente em curso”, remata a APIBA.

Canadianos ganham 9ª edição Standard Bank Open

O canadiano Kelsey Stevenson, actual número 825 do ranking da Associação de Tenistas Profissionais (ATP), sagrou-se vencedor do segundo Future da nona edição do Standard Bank Open, ao derrotar, na final, o espanhol David Perez (número 563 da ATP) por dois sets a zero (parciais 7-6 e 6-2).

Durante o jogo, bastante renhido, os dois atletas provaram que a sua presença na final do torneio, chancelado pela Federação Internacional de Ténis (ITF, sigla em inglês), não tinha sido obra do acaso.

E não era para menos: deixaram para trás um total de 30 jogadores, muitos dos quais tidos como

favoritos, como são os casos dos irmãos Benjamin e Courtney Lock (Zimbábwe), Takanyi Garanganga (Zimbábwe), Jesse Delaney (Austrália), entre outros.

Talvez seja por isso que o resultado tenha constituído surpresa até para o próprio atleta, que esteve a perder por 5-0 no primeiro set. "Não sei como consegui virar o resultado no primeiro set. As hipóteses eram remotas. Nunca me aconteceu na carreira, principalmente durante um jogo tão importante como este. Estou muito feliz".

Para Kelsey Stevenson, o nível de competitividade da presente edição do Standard Bank Open esteve muito mais alto, se comparado com o das anteriores, o que faz deste torneio um dos mais apetecíveis no seio dos atletas.

"Fala-se muito bem desta prova, por isso sempre temos vontade de cá estar. É um dos torneios mais competitivos, tendo em conta a participação de tenistas como David Perez, Takanyi Garanganga, Benjamin Lock, entre outros", considerou Kelsey Stevenson.

O nível de competitividade foi, também, um dos aspectos realçados pelo director de Marketing e Comunicação do Standard Bank, Alfredo Mucavela, que fez um balanço da competição, que movimentou atletas provenientes dos quatro cantos do mundo.

Por seu turno, o presidente da Federação Moçambicana de Ténis (FMT), Valige Tauabo, apontou como principal marco desta edição a presença de um atleta nacional (Bruno Nhavene) na final do primeiro Future, em pares masculinos.



Absa e CCIMOSA assinam memorando

O Absa Bank Moçambique e a Câmara de Comércio e Indústria de Moçambique e África do Sul (CCIMOSA) rubricaram, semana passada em Maputo, um memorando de entendimento que visa promover o desenvolvimento das empresas moçambicanas, através do acesso, em condições preferenciais, a um conjunto de soluções financeiras que permitam potenciar, capacitar, assistir e facilitar o processo de criação, transição e fortalecimento do tecido empresarial nacional.

O presente acordo visa, igualmente, a criação de sinergias locais e regionais através do South Africa Outbound e Regional Corporates, bem como o apoio à inserção, no mercado local, das empresas pertencentes ao corredor Moçambique - África do Sul. Com este memorando, o Absa Bank Moçambique reforça as suas acções atinentes ao objectivo institucional de inovar e diversificar a oferta ao mercado.

De acordo com o Director da Banca Corporativa de Investimento do Absa, Bernardo Aparício, esta parceria irá promover o desenvolvimento, a modernização e ainda o lançamento de novas empresas

em Moçambique, tanto ao nível do segmento corporativo, como das Pequenas e Médias Empresas, numa era que obriga a que tanto pequenas como grandes empresas estejam constantemente a actualizar os seus meios de produção e os seus modelos de negócio, de forma a manterem-se competitivas no mercado.

À luz do acordo, o Absa e a CCIMOSA mobilizarão recursos financeiros e materiais para a realização de acções que estimulem a actuação das empresas no mercado nacional, tais como a elaboração de um directório económico, a realização de conferências, seminários e exposições.

Entretanto, o Presidente do Conselho Directivo da CCIMOSA, Lucas Chachine, disse que o apoio ao segmento corporate, como das Pequenas e Médias Empresas, permitirá que estas cresçam e prosperem, pois o desenvolvimento, tanto ao nível do segmento corporate como das Pequenas e Médias Empresas representam um factor chave para o crescimento sustentável da economia nacional, nomeadamente na criação de emprego e na dinamização da produção local.

Soluções de Financiamento Auto BCI

YUUUUUU! SE QUERES IR DE HYUNDAI, VAI DAQUI.



Até 28 de Fevereiro de 2020, aproveita as condições especiais de financiamento do Leasing e Crédito Automóvel que só o BCI te oferece e adquire o Hyundai dos teus sonhos.

O melhor vem daqui.

*Termos e condições aplicáveis

fb.com/bciomeubanco

BCI
É daqui.

Startups e PME capacitados em matéria de impostos e segurança social

Perto de meia centena de representantes de pequenas e médias empresas (PME) e startups foram capacitados, recentemente, na Incubadora de Negócios do Standard Bank, em matérias de impostos e taxas, cujo desconhecimento tem levado muitos empreendimentos ao incumprimento das obrigações fiscais.

a sessão serviu para esclarecer aspectos relevantes do dia-a-dia das PME's.

Por seu turno, Dalmar Santos, realçou a relevância da sessão para as PME, que “têm muitas dúvidas ligadas à questão dos impostos e taxas. É importante que tenhamos muita atenção nestes aspectos, principalmente no que diz respeito às regras e prazos”.

Denominada “Master Class”, a sessão de capacitação visava dar a conhecer às PME e às startups os principais impostos que vigoram no país, bem como as regras e os prazos estabelecidos para a sua canalização às entidades competentes, nomeadamente a Autoridade Tributária (AT), o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e as autarquias, tratando-se de impostos, contribuições e taxas, respectivamente.

A sessão foi ministrada por Atanázio Franck, membro da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM), que considerou oportuna a escolha do tema, tendo em conta que muitas PME perdem inúmeras oportunidades por não terem a sua situação fiscal regularizada, não por negligência, mas sim por desconhecimento.

“As PME's devem ter em mente que pagar impostos é um acto de cidadania. Apesar de haver muitos instrumentos legais à sua disposição, sendo os principais as leis 15/2002, de 26 de Julho, (Lei das Bases do Sistema Tributário) e 2/2006, de 22 de Março, (Lei Geral Tributária), esta questão ainda constitui uma dor de cabeça para este segmento de empresas”, considerou.

Na ocasião, Atanázio Franck referiu-se, também, à Lei do Regime Excepcional de Perdão de Dívidas Tributárias, aprovada em Abril último, que pode ser usada pelas PME's e empreendedores para requerer o perdão das multas e juros resultantes de infracções ou violação das obrigações declarativas. Trata-se de um instrumento através do qual o Governo perdoa as multas e os juros de mora de impostos de cidadãos com o Estado e autarquias locais, mediante apresentação do pedido, por escrito, ao ministro da Economia e Finanças, em caso de dívida com o Estado, ou ao presidente do Conselho Autárquico, quando a dívida é com a autarquia, num prazo de nove meses, a contar desde o dia da entrada em vigor da referida lei.

No final, os participantes louvaram a iniciativa do Standard Bank em abordar este tema. Para estes,

Millennium bim no Facebook

Depois de, em Maio deste ano, ter sido o primeiro Banco em Moçambique e um dos primeiros no mundo a lançar uma plataforma de Mobile Banking que funciona no WhatsApp, o Millennium bim volta a inovar e a ser pioneiro ao lançar o aplicativo IZI no Facebook. A novidade foi dada a conhecer na semana passada durante a 8ª Edição do Fórum Financeiro Outlook, realizado em Maputo.

Trata-se de uma plataforma exclusiva no mercado moçambicano que irá funcionar como um chat empresarial do Banco no Messenger da rede social mais

popular em Moçambique que estará disponível para todos os clientes com contrato Mobile Banking subscrito.

O IZI no Facebook permite que os clientes do bim possam realizar diversas operações, desde consultas de saldo e movimentos, extractos e compra de recargas, entre outras transacções, onde o utilizador digita as operações que pretende e o Banco executa, para além de acessível e fácil, o novo serviço garante total segurança.

Entretanto, o Administrador do Millennium bim, Jorge Octávio, aponta a importância do novo aplicativo, reforçando o facto dos canais

digitais do Banco se tornarem cada vez mais importantes nos serviços prestados, o que confirma o compromisso do banco com a inovação e com as novas tecnologias.

Com a nova plataforma IZI no Facebook, o Banco reforça ainda mais a sua posição no país e a aposta que tem vindo a fazer na inclusão financeira de todos os moçambicanos. Referir que o IZI no Facebook junta-se, assim, ao Millennium IZI, ao Smart IZI e ao IZI no WhatsApp, permitindo aos clientes do banco terem diferentes opções no acesso aos diversos serviços, ao mesmo tempo que têm o seu dia-a-dia mais simplificado.



AMAS - MOBILIDADE ACADÉMICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ÁFRICA

Funded by the Intra-Africa Academic Mobility Scheme of the European Union

ANÚNCIO DE CANDIDATURAS PARA ACADÉMICOS E PESSOAL TÉCNICO

PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÉMICA INTRA-ÁFRICANA

UNIVERSIDADES PARTICIPANTES

MOI UNIVERSITY (KENYA)
UNIVERSITÉ MOHAMED V DE RABAT (MARROCOS)
ADIS ABABA UNIVERSITY (ETIÓPIA)
UNIVERSITÉ D' ABOMEY - CALAVI (BENIN)
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (MOÇAMBIQUE)

FLUXOS DE MOBILIDADE DO PESSOAL

UNIVERSIDADE PARCEIRA TÉCNICA

UNIVERSITÄT BAYREUTH (ALEMANHA)

A mobilidade inicia entre Fevereiro e Março de 2020 conforme for mais conveniente para cada universidade

Detalhes chamada de candidaturas estão disponíveis na página do AMAS

<http://amasproject.org>

Prazo: Até 30 de Novembro de 2019



UE lança projectos de energia sustentável

A Delegação da União Europeia em Moçambique lançou, nesta quarta-feira, em Maputo, o Mecanismo de Preparação de Projectos de Energia Sustentável, como parte de seu Programa “Promove Energia”, num evento organizado pelo Ministério moçambicano de Recursos Minerais e Energia.

Actualmente, apenas um em cada três moçambicanos tem acesso a serviços energéticos fiáveis e limpos.

A UE entende que proporcionar acesso a electricidade a população requer um investimento considerável em termos de novas centrais de geração no país. Além disso, Moçambique destaca-se como um dos países mais vulneráveis ao impacto das mudanças climáticas. Neste contexto, a UE, 13 Estados-Membros da UE, a Noruega e o Governo de Moçambique acordaram a intensificação dos seus esforços no apoio ao desenvolvimento do sector energético do país apoiado no desenvolvimento de fontes de energia renováveis do país, num Declaração Conjunta sobre Energia Sustentável assinado em 2016.

De acordo com a declaração, e em cooperação com o governo de Moçambique, a Delegação da União Europeia em Moçambique desenvolveu o “Promove Energia” - uma estratégia abrangente de suporte ao acesso a energia sustentável e acessível por parte de famílias e empresas localizadas em áreas rurais.

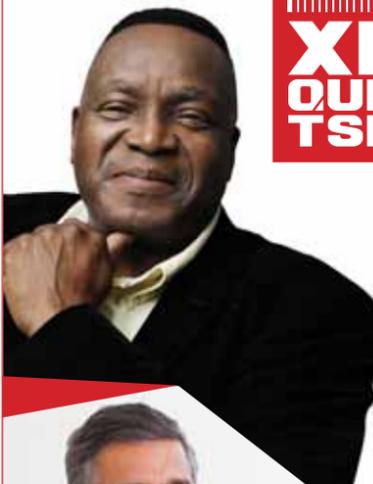
Segundo a declaração, o programa irá desenrolar-se em dois momentos, nomeadamente, uma fase de preparação para garantir um ambiente comercial apropriado, capacidade suficiente de todas as partes interessadas e um portfólio de projectos de investimentos financiáveis. A segunda fase é de financiamento de projectos de investimento público e privado em energia sustentável, eficiência energética e acesso à energia.

De acordo com a declaração, o programa “Promove”, juntamente com outras acções no sector da energia, contribuirá para a implementação da Estratégia Nacional de Electrificação do país e do Plano Director Integrado de Energia.

“Este Mecanismo faz parte do compromisso da União Europeia para providenciar energia às 4 milhões de famílias moçambicanas,

muitas delas lideradas por mulheres, que não têm acesso a serviços de energia sustentável. Ao apostar nas tecnologias de energia renovável, Moçambique também reduzirá significativamente a sua emissão de carbono. De forma a preparar as bases necessárias aos investimentos públicos e privados previstos para nos próximos anos, é importante unir forças no reforço das capacidades das instituições públicas, definir um portfólio de projectos bancáveis e criar um ambiente de negócios mais propício apoiada por um quadro legal transparente e uma autoridade reguladora totalmente operacional”, frisou o embaixador da UE em Moçambique, António Sánchez-Benedito Gaspar, durante o lançamento.

“Estamos satisfeitos com o apoio da União Europeia, que vai desde o financiamento de projectos de infraestruturas eléctricas, passando pelo Programa de Energia para Todos, até ao MPP - Mecanismo de Preparação de Projectos, cujas actividades se enquadram na Estratégia Nacional de Electrificação”, sublinhou, por seu turno, o ministro moçambicano de Recursos Minerais e Energia, Max Tonela.





TEMPORADA de MÚSICA CLÁSSICA 2019

3ª Série

29 a 30 de Novembro

Noite da Família

Orquestra e Coro Xiquitsi sob Direcção do Maestro Cesário Costa

dia 29 19h30

Centro Cultural Universidade Eduardo Mondlane

Entrada gratuita

Concerto de Encerramento de Ano Lectivo

Com os Solistas Convidados: **Noémia, Deltino Guerreiro e Wazimbo**

Orquestra e Coro Xiquitsi sob Direcção do Maestro Cesário Costa

dia 30 19h30

Centro Cultural Universidade Eduardo Mondlane

300 MZN

PATROCÍNIOS



APOIOS

PARCEROS DE COMUNICAÇÃO

PUBLIREPORTAGEM

Como Vodacom Faz Crescer sonhos em Inhambane?

Transformar sonhos que para muitos podem ser simples - como folhear um livro de poesia - foi o que a Vodacom fez recentemente nas escolas secundárias de 25 de Junho e de Mapinhane, em Vilanculos, assim como na Primária do Primeiro e Segundo Grau de Vilanculos, na província de Inhambane. Através do seu projecto “Vodacom Faz Crescer”, a operadora apetrechou três salas de informática, três bibliotecas e instalou ecopontos em cada uma das escolas.



Para alguns, a escola pode estar ao virar da esquina, mas, para Alexandrina Hilário Sambo, as coisas não funcionam assim. O desejo de ser uma mulher formada obriga-a a acordar às 03h00 de madrugada e percorrer 50km de Vilanculos até à Escola Secundária de Mapinhane, onde frequenta a 12ª classe.

“O que me motivou muito a continuar a estudar é o facto de ver outras mulheres que trabalham e outras estudam. Também quero ser uma delas e ajudar os meus pais”, justifica Alexandrina, que por viver em Vilanculos lhe é confiada pelos colegas a responsabilidade de fazer cópias de livros e levá-las à escola, para complementar os trabalhos.

Shénia Laiza Bango também sentia falta de uma biblioteca ou, neste caso, de ver um livro só de poesia. Ela junta-se a um grupo de amigas para dizer poesia que lê em manuais escolares. A frequentar a 8ª classe na Escola Secundária de Vilanculos, sonha em ser advogada e poetisa. Mas, até agora, o que mais queria era “ter acesso a um livro somente de poesia”.

Como se fosse inauguração de uma “nova era” para Alexandrina, Shénia e outros 8 mil alunos de escolas de Vilanculos, a “Vodacom Faz Crescer” levou 355 livros diversificados e 20 computadores ligados à internet para cada escola, o que vai permitir que os seus trabalhos sejam feitos no recinto escolar, sem precisar de percorrer longas distâncias.

Para o Presidente do Conselho de Administração da Vodacom, Salimo Abdula, o que a telefonia fez com este projecto foi ligar as três escolas ao mundo e permitir maior acesso à informação.

“Hoje, estas escolas estão conectadas ao mundo via internet; hoje, estes estudantes e os professores poderão acessar a bibliotecas digitais, para investigarem matérias de vários interesses para a vida desta nossa comunidade.”

É esta ideia de desenvolvimento vista pelo PCA da Vodacom que é sublinhada pelo Director da Escola Secundária 25 de Junho, Marcolino Mbambamba. “A internet e a biblioteca enchem-nos de orgulho. Vamos crescer ainda mais e os alunos a serem aqui graduados vão sair com



noções que facilitarão a sua integração nas facultades”.

Este projecto é acompanhado pela componente ambiental, com a instalação de ecopontos pela Fundação Sérgio Gago, cujo PCA, Aníbal Samuel, defende que “a reutilização do lixo é extremamente económica para o distrito, para a província e para a nação”.

Alexandrina vai continuar a percorrer 50km para concluir os seus estudos, mas não mais precisará de fotocopiar livros em Vilanculos para ajudar os seus colegas. Shénia, pela primeira vez, pegou num livro somente de poesia e acredita que o seu sonho de virar poetisa está bem encaminhado. Para o Governo de Inhambane, representado pelo Director Provincial da Juventude e Desportos, Quirino Gulube, com este acto, há certeza de que o futuro é tudo bom.



“O nosso sentimento é de gratidão, na medida em que, com este gesto, se diversificam as ofertas em termos de materiais de consulta dos nossos alunos, que trarão melhores condições de aprendizagem e, consequentemente, bons resultados pedagógicos”.

